



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais - ICS
Departamento de Antropologia - DAN

“Quem colocou o jabuti na árvore?”: Uma análise de mídia e imagem na criação de uma agenda política

Diego Gomes Pereira Flores

Brasília
2018

Diego Gomes Pereira Flores

“Quem colocou o jabuti na árvore?”: Uma análise de mídia e imagem na criação de uma agenda política

Monografia de graduação apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia sob orientação da professora Dra. Juliana Braz Dias

Banca Examinadora:

Dra. Juliana Braz Dias

Dra. Andreia de Souza Lobo

Brasília
2018

“A massa mantém a marca, a marca mantém a mídia e a mídia controla a massa”

George Orwell

Agradecimentos

Entrar em uma instituição de ensino pública é complicado e sair dela é ainda mais complicado. Não me lembro quem me disse isso, provavelmente essa frase é um daqueles saberes populares que todo mundo já escutou e já reproduziu, mas só se sente o verdadeiro peso dela quando se chega nessa reta final e às vezes você se encontra completamente perdido no meio de tantas informações e opções para seguir. Realmente não foi fácil chegar até aqui, inclusive foi uma das coisas mais difíceis que eu já fiz, mas agora que me vejo no final desse texto creio que deixo a graduação mais competente para enfrentar certas adversidades, principalmente no sentido acadêmico.

Não teria chegado aqui sem a ajuda e paciência de algumas pessoas que fizeram essa jornada ser incrivelmente mais fácil, e não posso terminar essa etapa sem agradecer-las da devida maneira.

Primeiramente quero agradecer a minha grande amiga Carol, desde nosso primeiro semestre você foi a pessoa que sempre me incentivou a continuar estudando e mostrando que havia capacidade e potencial em mim quando eu mesmo pensava que seria mais simples desistir, quero ser igual a você quando eu crescer e eu falo isso com profunda sinceridade. Obrigado por tudo.

Quero deixar aqui registrado que nem uma linha desse trabalho seria possível sem a ajuda do meu companheiro André, que leu cada centímetro desse texto apontando principalmente meus acertos e me incentivando a continuar a escrever e a continuar a sonhar com um futuro dentro da antropologia.

Quero agradecer ao professor Carlos Alexandre por ter me mostrado o valor da pesquisa histórica na antropologia e sobre como devemos acreditar na intuição. Quero agradecer à professora Juliana Braz Dias por ter aceitado me orientar apesar do curto período de tempo hábil para a conclusão desse projeto, mas que nunca me fez acreditar que não fosse possível.

A todos os meus amigos que passaram horas comigo durante esse período e que compartilhei tantas ideias divertidas e embriagadas nas mesas do Bar do Mendes, esses momentos foram tão enriquecedores quanto qualquer aula na universidade.

Por fim quero agradecer ao meu Pai e a minha Mãe por terem me dado oportunidades que me permitiram ingressar na universidade e por sempre me receberem em casa de braços abertos.

Resumo

O presente trabalho tem como intuito abordar o uso da imagem pela mídia e pelo cinema para dar corpo a um processo de narrativo durante o período da história recente do Brasil. Partindo de uma retomada histórica do uso da imagem na antropologia e do conceito de antropólogo como espectador, esse trabalho faz uma análise do papel da mídia durante os anos 2013 a 2016, passando pelas grandes manifestações, período eleitoral e destituição da Presidente Dilma Rousseff. Investiga, especialmente, o modo como essa narrativa midiática influenciou a obra cinematográfica *“Polícia Federal – A Lei é Para Todos”*.

Palavras-Chave: Mídia, Imagem, Antropologia Visual, Operação Lava Jato.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1	12
1.1 Cinema e Antropologia.....	12
1.2 Primeiros contatos	13
1.3 Antropólogos-cineastas: algumas experiências	15
1.4 Antropólogos-espectadores	16
1.5 A Construção de um Objeto.....	18
CAPÍTULO 2	20
2.1 2013 e as manifestações de junho.....	20
2.2 Eleições 2014 e escândalo da Petrobrás.....	24
2.3 As manifestações de 2015.....	27
2.4 O ano da deposição do governo de Dilma Rousseff	32
CAPÍTULO 3	39
3.1 A primeira narrativa cinematográfica da operação.....	39
3.2 Um Resumo do Filme “Polícia Federal – A Lei é Para Todos (2017)”.....	42
3.3 Problematizando o filme.....	52
CONCLUSÃO.....	57
BIBLIOGRAFIA	59
FILMOGRAFIA.....	65

INTRODUÇÃO

Quando iniciei minha graduação em antropologia, nunca imaginaria que minha monografia seria voltada para a imagem e o cinema, e muito menos para o estudo da mídia brasileira. Passei grande parte da minha graduação estudando comunidades camponesas e quilombolas e só recentemente comecei a explorar novos métodos de pesquisa. Mesmo sem ter olhado para o cinema com um olhar de pesquisador, sempre fui uma pessoa que gostou de assistir filmes e inclusive costumava ler sobre e ver filmes de Jean Rouch (um dos grandes nomes do cinema etnográfico). Porém, nos últimos meses, a imagem e o cinema começaram a me despertar bastante interesse, principalmente pelo fato de como o uso dessa ferramenta tem um potencial de agregar de uma maneira muito lúdica ideias e ideais relativos aos produtores de conteúdo. Desde então tenho me focado em tentar compreender o uso da imagem e da narrativa dentro da história recente do Brasil, usando como ferramenta a antropologia. Os acontecimentos narrados em grande parte dessa monografia fizeram parte da minha vida acadêmica mesmo que eu tenha demorado a notar que esses seriam meus “informantes”, e que durante esses anos acompanhando os desdobramentos do golpe parlamentar de 2016¹ eu estava “fazendo campo”.

O OBJETO

O objeto que escolhi para direcionar meus questionamentos foi o filme de Marcelo Antunez, *Polícia Federal – A Lei é Para Todos*. Lançado em 2017, esse filme tomou a dianteira na tentativa de narrar os acontecimentos da Operação Lava Jato, a partir do cinema. Todos que acompanharam os desdobramentos dessa operação da Polícia Federal pela mídia tradicional e pela mídia independente acreditam saber um pouco sobre como certos eventos ocorreram, até porque muitos de nós vivemos ativamente esses acontecimentos nas ruas, nas urnas e sentados em frente à televisão. Vimos doleiros sendo presos, políticos sendo denunciados, “heróis” como o

¹ Decido aqui utilizar o termo “Golpe Parlamentar” baseado na atual conjuntura do cenário político Brasileiro e como a academia tem lidado com a história recente do Brasil. No ano de 2018 cinco universidades brasileiras criaram cursos cujo a temática trazia o termo “golpe” no título da matéria (VENAGLIA, 2018). Jessé de Souza em seu livro “A Elite do Atraso” de 2017, também utiliza o termo “Golpe Parlamentar” para se referir aos acontecimentos do ano de 2016. Apesar desse texto não ser uma tentativa de justificar se foi ou não um golpe, eu o utilizo em dados momentos para que esse texto se torne mais inteligível e que também marque um certo posicionamento do autor.

ex-deputado Eduardo Cunha serem exaltados e depois caírem, vimos o “japonês da lava jato”, o “policial gato” (curiosos personagens do processo), acompanhamos as manifestações de pessoas vestidas de verde e amarelo pela televisão, o “tchau querida”, vimos um juiz ser tratado como salvador da pátria e até, recentemente, vimos um ex-presidente ir para a cadeia. Mas entra em cena esse filme, um filme que talvez botasse todas as narrativas em cheque, uma obra que segundo a *Revista Veja* contava os bastidores da “maior operação anticorrupção do Brasil” (VEJA, 03/02/2017). A frase que dá título a esse trabalho, “Quem colocou o Jabuti na árvore?”, é uma referência direta a uma fala usada diversas vezes no filme para destacar a ideia de que a corrupção sistêmica brasileira sempre teria alguém mais importante por trás, alguém com a caneta e o poder para fazer acordos que culminaram no escândalo da PETROBRAS. Porém, meu questionamento ao colocar essa frase no título seria para pensarmos sobre quem tem esse poder imagético e esse controle de pautas e narrativas no Brasil? Quem coloca o jabuti da crise política e econômica em cima da árvore?

Esse filme era comentado como piada nas mesas de bares e rodas de amigos que eu frequentava, mas ninguém ali havia de fato visto o filme. E se ele realmente fosse esse olhar interno sobre algo que só havia acompanhado por portais de notícias e telejornais? É fato que essa história é digna de um filme pois seus atores e suas reviravoltas são surpreendentes, algo que somente a vida real pode proporcionar.

Antes de ver o filme, realizei uma pequena pesquisa sobre sua estreia e descobri que um grupo muito interessado na narrativa da Lava Jato estava sentado em uma sala de cinema em Curitiba para ver em primeira mão suas representações cinematográficas no ecrã branco. Os juízes Sergio Moro e Marcelo Bretas, estavam em uma das oito salas fechadas somente para a exibição do filme no Park Shopping Barigui e, segundo reportagem do *O GLOBO*, ambos foram aplaudidos de pé e exaltados como heróis pelo público do shopping frequentado pela classe alta de Curitiba (*O GLOBO*, 29/08/2017). Ao ler essas notícias, fui percebendo que em vários veículos grandes de circulação nacional o filme estava sendo tratado como um dos maiores lançamentos do ano, algo que todo brasileiro deveria assistir, inclusive usando a imagem de Moro na sala de cinema como uma propaganda.

Havia escolhido o filme objeto desta dissertação, e agora cabia a mim encontrar formas de analisá-lo, o que incluía observar o contexto em que se inseria. Resolvi

tomar duas metodologias para que fosse possível compreender analiticamente o filme em seu contexto, pois, como disse acima, todos nós temos nossas interpretações sobre os efeitos da Lava Jato no cenário nacional atual, e foram essas interpretações iniciais que deram o pontapé para a realização deste trabalho. Acredito que seja impossível fazer uma pesquisa de uma maneira completamente imparcial, porém os pontos levantados aqui partem de um esforço analítico e não estritamente político. Primeiro seria necessário olhar para como a grande mídia construiu, durante os últimos anos, uma narrativa com claros indícios de um agendamento político. Era preciso observar como isso afetou a produção do filme. Em um segundo momento, era preciso fazer uma análise fílmica nos moldes da antropologia do cinema sobre a obra cinematográfica de Marcelo Antunes, para ver se estaria correta a minha hipótese de que o filme teria ares de uma propaganda alinhada com uma narrativa hegemônica.

Estrutura do Trabalho

Escrever sobre esse filme e tentar analisar um fato que ainda está em curso é um desafio, pois todos os dias surgem novas informações para serem incorporadas nessa interpretação que faço aqui. Por isso, decidi dividir meu trabalho em três partes que creio guiarem de maneira gradual meu leitor sobre o tema abordado, bem como fixar um espaço de tempo entre junho de 2013 e o lançamento do filme em 2017 para que esse texto se encerre nos desdobramentos históricos desse período.

No primeiro capítulo faço uma retomada histórica da antropologia do cinema desde de sua concepção até os dias atuais. Escolho fazer isso para que seja possível entender o campo do estudo da imagem dentro da disciplina e como ele foi se reformulando ao longo do tempo. Nesse breve capítulo, parto do ponto de que o uso da imagem dentro da antropologia foi durante muito tempo voltado para a sua potencialidade como ferramenta de pesquisa, inaugurando assim o pesquisador que seria antropólogo e cineasta ao mesmo tempo (HIKIJ,1998a). Avançando para tempos mais atuais, discuto sobre como o cinema de ficção passou a fazer parte do universo de pesquisa de antropólogos que se colocam como observadores dessas histórias produzidas por diretores e estúdios de cinema para tentar compreender aspectos culturais e caros a antropologia que são colocados em cena. Desse ponto discuto um pouco sobre minha pesquisa como antropólogo-espectador do filme sobre

a Lava Jato, em questão nesta monografia, mas também um espectador da narrativa midiática entre os anos 2013 a 2017.

No segundo capítulo, insiro a retomada histórica com foco na grande mídia brasileira durante os anos 2013 a 2016. Durante essa parte mais longa do meu trabalho procuro evidenciar como, desde as manifestações de junho de 2013 que tiveram início em São Paulo, como foco no preço das passagens de ônibus, até o processo que retirou a então Presidente eleita Dilma Rousseff do executivo em 2016, houve uma aparente pauta única e compartilhada entre os grandes meios de comunicação brasileiros com uma nítida orientação de tentar formar uma opinião pública positiva para a destituição da presidente. Parto de 2013 pois, como irei discutir mais profundamente no capítulo dois, acredito que foi durante as manifestações daquele ano que a narrativa da grande mídia brasileira conseguiu trazer em cena suas pautas antigovernistas, tornando pauta o caráter antipolítico e antipetista das manifestações. Esse capítulo tem em seu foco principal situar como a história recente do Brasil construída pela ótica midiática utilizou de escândalos, principalmente o da Lava Jato, para colocar a opinião pública contra certos atores e ao mesmo tempo poupando outros de um escrutínio mais intenso.

No terceiro capítulo me foco na narração e análise do filme *Polícia Federal – A Lei é Para Todos*. A análise parte de uma decupagem de certos acontecimentos do filme de acordo com os acontecimentos históricos narrados no capítulo dois. O filme perpassa os anos de 2013 a 2016 e, por isso, é passível de análise sobre como a mídia teve uma influência na maneira em que os produtores do filme decidiram contar a história. Analiso também o comportamento dos personagens principais, como o filme faz uso das representações da própria mídia e de como eventos que foram considerados polêmicos e danosos para a imagem da operação, como o vazamento dos áudios entre Dilma e Lula, são minimizados pela narrativa do filme, assim como foram amenizados pela grande mídia.

CAPÍTULO 1 - Uma breve história da Antropologia Visual

1.1 Cinema e Antropologia

A Antropologia e o Cinema têm desenvolvido suas linguagens de maneira confluyente desde o princípio e têm também compartilhado epistemologias que transitam entre uma disciplina e outra. Dentro da antropologia há alguns anos, como irei demonstrar, o estudo da imagem e da cinematografia ganhou certos destaques, mas ainda não se encontrou um consenso sobre como deveria se chamar essa área (antropologia fílmica, antropologia visual, antropologia da imagem).² A questão é que a imagem é um artefato cultural e é produzida dentro de uma cultura e por isso é passível de investigação antropológica.

O fascínio dos pesquisadores pelo cinema foi imediato, pois o potencial de investigação crescia, levando alguns a fazerem do cinema etnografia. Surgiram, então, investigadores que se propuseram a usar o cinema como meio de fazer pesquisa, que chamo aqui de antropólogo-cineasta, seguindo a nomenclatura usada por Hikiji (1998a). Esses antropólogos se propuseram a usar a ferramenta da câmera para fazer um cinema que fosse etnográfico e que pudesse mostrar através da imagem as diferenças entre “nós” e “eles”, dando nova forma aos trabalhos de campo que até então ficavam presos à descrição (narração) e à imaginação do leitor (espectador). A grande maioria dos trabalhos desenvolvidos ao longo dos anos dentro da antropologia visual tem essas características (BARBOSA, 2006).

Ao mesmo tempo em que esses antropólogos-cineastas desenvolviam meios de usar a câmera como ferramenta de pesquisa, alguns outros estavam se debruçando sobre o cinema como objeto de estudo, e não como meio. Seriam esses os antropólogos-espectadores (HIKIJ, 1998a). Esses investigadores tentam observar a imagem como “campo” passível de análise, decifrando o modo em que a narração dessas histórias ocorre, dentro de um meio específico, e é feita por um grupo (os narradores) para outro grupo de pessoas que irá assistir a esses filmes, os espectadores.

² Irei dar preferência pelo uso do termo “antropologia visual” para me referir as pesquisas sobre cinema, imagem e fotografia.

A seguir, irei tentar criar um paralelo entre essas duas perspectivas para que possa ficar claro o processo histórico de construção da antropologia visual. Ao fazer isso, como já mencionei, vou também argumentando sobre minha inclinação pela linha do objeto-cinema (CUNHA, FERRAZ e HIKIJI, 2006), abordagem sobre a qual irei me debruçar com mais profundidade.

1.2 Primeiros contatos

Os primeiros filmes que foram apresentados em sessões públicas em 1895 tinham em suas projeções um caráter etnológico. Os irmãos Lumière apresentaram ao público imagens que faziam parte do cotidiano dos espectadores, como pessoas saindo da fábrica (em *La Sortie des Usines Lumière*, 1895) e crianças comendo (em *Goûter de bébé*, 1895). Apesar de serem imagens que fazem parte do dia-a-dia, só podemos imaginar o espanto e a maravilha que deve ter sido estar nessas sessões, pois a narração visual de algo que só se podia imaginar ou ver ao vivo criava uma nova experiência que tinha um potencial imenso para a forma como “nós” vemos o “outro”.

Essa nova ferramenta, que foi descoberta em um período de expansão global, serviria muito bem para satisfazer os interesses dos povos europeus colonizadores que tinham grande fascínio pelos povos que viviam em outras partes do planeta, tanto entre pesquisadores como entre pessoas comuns. Os conservatórios, também conhecidos como gabinetes de curiosidades, eram bastante populares no final do século XIX e início do século XX. De fato, a própria antropologia contribuiu na arrecadação de materiais nativos para levar para as grandes cidades europeias. Com o advento do cinematógrafo, as pessoas poderiam ver de onde vinham aqueles objetos e relatos tão interessantes.

Em 1895, ainda sem uma câmera cinematográfica, Felix Louis Regnault, que era membro da Sociedade de Antropologia de Paris, faz as primeiras cronofotografias consideradas “étnicas” de movimentos corporais entre grupos africanos (fig. 1) e, em 1900, propõe a criação do primeiro *Museu Audiovisual do Homem* (ROUCH, 1995 *apud* HIKIJI, 1998b). Essas primeiras capturas de imagens em movimento do “outro” não tinham tanto o caráter etnográfico, mas sim uma vontade de capturar o exótico assim como já era feito através da coleção de itens de “arte primitiva”. Já em 1898 surgem as primeiras tentativas de produzir um filme propriamente etnográfico durante

uma expedição ao Estreito de Torres, por pesquisadores vinculados à Universidade de Cambridge (HIKIJ, 1998b).

A lista de tentativas de produzir etnografia usando a imagem é muito extensa durante esse período inicial. São vários os filmes que têm como temática o “outro”, lançados no mesmo período em que clássicos da etnologia também vêm à tona. O exemplo mais famoso deve ser o do filme *Nanook Of the North*, de Robert Flaherty, e do livro *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Bronislaw Malinowski, ambos lançados em 1922, carregando entre os estudiosos do meio à ideia de que são pedras fundamentais na antropologia visual e na etnografia, respectivamente. Até aquele momento, as pesquisas de antropologia visual estavam voltadas para o uso da câmera como uma ferramenta de pesquisa. Os filmes tinham uma narrativa que era construída pelo etnógrafo para que pudessem ser o mais fiel possível à vida nativa. Claro que, como as câmeras eram enormes, levá-las até lugares inóspitos era um grande trabalho. Mas era o início de um modelo de pesquisa que, assim como a etnografia escrita, perdura até hoje, com suas ressalvas. Esse foi o início do que se convencionou a chamar de antropólogo-cineasta (HIKIJ, 1998a), e foi também o início da antropologia visual.



Fig. 1 – Cronofotografia de Felix Louis Regnault 1985 (<https://antropologiavisiva.wordpress.com/tag/felix-regnault/>)

1.3 Antropólogos-cineastas: algumas experiências

Como falei acima, as primeiras experiências da antropologia com o cinema foram voltadas para a produção de filmes. Eram os antropólogos e cineastas aventureiros com suas câmeras em mãos indo até o campo para poder construir narrativas sobre comunidades longínquas. A intenção era principalmente não perder a oportunidade de filmar esses povos antes que eles desaparecem (MEAD e MÉTRAUX, 2000). Com o tempo, o avanço tecnológico fez com que a câmera fosse diminuindo de tamanho até chegar a poder ser carregada por uma única pessoa, e essa única pessoa poderia então produzir um filme sozinha. O avanço tecnológico fez com que a produção de cinema etnográfico explodisse no mundo e hoje é possível encontrar teorias e métodos de pesquisa em cinema etnográfico que são utilizados amplamente, assim como métodos de pesquisa em etnografia escrita que se difundem pelo meio interessado no assunto. Proponho aqui explicitar alguns casos que foram definidores dessa metodologia.

Não foram poucos os antropólogos que misturaram a sua pesquisa etnográfica clássica ao uso da imagem e do cinema, mas vale a pena citar aqui a experiência pioneira de Margareth Mead e Gregory Bateson, que fizeram uma pesquisa sobre o comportamento balinês entre 1936 e 1939. Nessa pesquisa, foram produzidos 25 mil fotografias e sete quilômetros de rolos de filmes (BARBOSA, 2006). Com esses filmes e fotografias, eles queriam entender o balinês que estava atrás dos costumes e rituais, entender o balinês na sua essência.

Outros antropólogos que têm uma produção abundante de filmes etnográficos e que também tentam capturar essa essência do “outro” são o casal David e Judith MacDougall. Em seus filmes, não existem entrevistas; os filmes são voltados à observação. Seria a partir dessa observação que questões epistemológicas poderiam surgir e assim criar uma antropologia que usa o filme para observar o outro (Idem, 2006). O cinema observacional dos MacDougall não se concentra em filmar rituais, mas sim ligar a câmera e deixar o cotidiano acontecer frente a ela. As pessoas que se tornam personagens nesses filmes são sempre pessoas com as quais os antropólogos criam vínculos durante o campo. A presença dos cineastas durante o filme é bastante óbvia. É possível em vários momentos escutar a voz deles

conversando com os informantes. Desse modo, eles fogem de uma pretensa objetividade científica, que é muito utilizada no cinema documental.

O nome mais importante, proeminente e influente dentro do cinema etnográfico seria o de Jean Rouch. Esse cineasta criou uma maneira nova de fazer cinema e antropologia; era verdadeiramente um antropólogo-cineasta. Seus filmes foram pioneiros em um modelo de cinema que até hoje é utilizado por antropólogos que se aventuram pelo mundo cinematográfico. Jean Rouch é considerado por muitos um herdeiro de Robert Flaherty (HIKIJ, 2013), pois Rouch criava uma narração que envolvia o informante dentro da história. Ele criou uma metodologia de pesquisa cinematográfica e antropológica chamada de “antropologia compartilhada”. Esse método se baseia na ideia de inserir, de maneira direta, o informante dentro da realização, produção e conclusão da pesquisa antropológica. O filme seria o modo perfeito para criar essa interação entre antropólogo e informante. Em alguns de seus filmes, Rouch usa os próprios informantes como atores e os coloca para cooperar criativamente durante toda a produção. Esse modelo de “antropologia compartilhada” se reverbera em pesquisas como as do grupo “LISA” (Laboratório de Imagem e Som em Antropologia) da USP, onde os antropólogos vão a campo com oficinas de audiovisual. Eles ensinam os informantes a linguagem do audiovisual para que assim eles possam participar da pesquisa como agentes ativos e não somente como fornecedores de informações. Exemplos de antropólogos que utilizam essa metodologia são Rose Satiko e Sylvia Caiuby Novaes, para citar alguns nomes brasileiros que usam a metodologia do Jean Rouch para fazer antropologia.

1.4 Antropólogos-espectadores

A ideia de tomar o cinema como objeto da antropologia surge desde o momento em que as imagens são projetadas na tela, pois era impossível não perceber como aquelas fotografias em movimento tinham um potencial descritivo e mimético das sociedades retratadas. A antropologia visual utiliza em sua grande maioria o filme como um produto do campo, assim como o diário, e a partir desses produtos se faz a antropologia escrita. Há ainda aqueles que acham que o uso da escrita atrapalha o desenvolvimento de uma antropologia visual como uma matéria com seus próprios métodos e campos (DE FRANCE, 2000) e há aqueles que correram por fora dessa polêmica e tornaram o próprio cinema um objeto antropológico. O cinema tem seu

caráter antropológico dado no fato de que a partir de sua interpretação aos olhos da antropologia podemos identificar problemas que são caros a disciplina e fazer análises de um ponto de vista privilegiado (TRIANA e GÓMEZ, 2016).

É a partir desse ponto de vista que usa o olhar da antropologia, e por uma série de fatores históricos, que irei apresentar de maneira sucinta o que é chamado de Antropólogo-Espectador (HIKIJ, 1998a), com o qual me identifico nas análises que serão feitas nesta monografia. A fim de contextualizar o leitor sobre como essa metodologia veio a se estabelecer dentro do vasto campo antropológico, farei agora uma recapitulação histórica que tomei como base na minha análise fílmica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os filmes que eram exibidos nos cinemas dos inimigos dos norte-americanos eram analisados por cientistas sociais para que fosse possível através do cinema compreender aquelas sociedades (WEAKLAND, 1995) – assim como a ideia do antropólogo que foi utilizado, em contextos coloniais, como ferramenta para se analisar sociedades que estavam sendo invadidas pelos europeus. A análise desses filmes acabou dando um ponta pé inicial do interesse dos antropólogos pela análise fílmica (HIKIJ, 1998b). O contexto da guerra fez com que várias pesquisas fossem colocadas em hiato, pois a ideia de viajar para fazer campo era praticamente impossível. Dentro desse momento histórico, a escola culturalista norte-americana se inspira nos filmes para que suas pesquisas continuem. São vários os trabalhos feitos durante essa época analisando esses filmes de nações estrangeiras.

Ruth Benedict se utiliza da análise fílmica no livro *O Crisântemo e a Espada* (1988), Margareth Mead organiza um livro chamado *The Study of Culture at Distance* (1980) com vários autores que utilizaram do método de análise fílmica para tentar compreender como esses países se organizavam como sociedade e como funcionava a personalidade de seus habitantes (HIKIJ, 1998b). Essas análises mostram que de fato houve um esforço de grandes nomes da antropologia para criar um modelo de pesquisa que conseguisse abarcar sociedades através do cinema. Em seu texto *Analysis of a Nazi Film "Hitlerjunge Quex" (1980)*, que está dentro da coletânea organizada por Margareth Mead, Gregory Bateson faz a primeira análise de um filme ficcional a partir do olhar da antropologia (HIKIJ, 1998a).

Nesse texto Bateson tenta entender como o modelo de sociedade nazista era passado para o público através do filme. Será que os diretores tinham tais intenções?

Como os espectadores se sentiam ao observar aqueles filmes? Qual a narrativa dos cineastas nazistas ao representarem seus inimigos na tela? O modelo de pesquisa proposto por Gregory Bateson coloca realmente o filme no centro da pesquisa com objetivos claros de, a partir desse filme, gerar conclusões sobre as intenções de quem faz o filme e que tipo de sentimentos esses filmes podem evocar (BATESON, 1980). A análise desse filme se baseia na ideia de tratar o filme como uma espécie de mito. Walter Benjamin afirmava que o homem contemporâneo havia perdido sua “magia”, porque suas narrações que antes eram feitas através de linguagem oral haviam se perdido ou pelo menos diminuído (BENJAMIN, 1994 apud TRIANA e GÓMEZ, 2016), e talvez o cinema, através de sua capacidade mimética, tivesse se tornado esse narrador moderno de mitos. Todos os membros da nossa sociedade que assistem a filmes regularmente estão sujeitos a essas histórias que de certa maneira retratam as ideias daquele grupo de pessoas que juntas construíram aqueles filmes, conscientes ou inconscientes de estarem passando para quem a eles assiste um conjunto de ideais e valores. Só o espectador vai poder discernir se tais ideais e valores são condizentes com os seus.

O antropólogo-espectador que analisa esses filmes, principalmente quando se trata de analisar obras que fazem parte do contexto histórico-cultural no qual ele vive, deve realizar um trabalho de afastamento dentro da análise, pois não há um afastamento geográfico nem social. Por se tratar de um filme que pode ser visto por qualquer um que a ele tenha acesso, as opiniões se tornam diversas e conflitantes. Mas, dentro do universo da antropologia, o pesquisador pode se localizar – localizar o seu lugar de fala – para interpretar o filme a partir da relação espectador-filme.

1.5 A Construção de um Objeto

Partindo das ideias acima, apresento aqui o objeto central desta monografia e tento ampliar essas ideias para que a compreensão do resto da leitura seja contextualizada com essa retomada histórica da antropologia visual que acabei de fazer.

O filme escolhido para a minha análise se chama “*Policia Federal – A Lei é Para Todos*” (2017). Diferente da maioria das análises fílmicas feitas por antropólogos-espectadores, esse filme não é uma obra prima do cinema, sua forma e suas atuações são questionáveis e a crítica especializada fez duras análises ao seu conteúdo.

Gregory Bateson, ao analisar o filme *Hitlerjunge Quex*, aponta para como as análises fílmicas na antropologia deveriam ser de filmes que possuem uma primazia cinematográfica, para que o conteúdo do filme não fosse atrapalhado por uma produção ruim (BATESON,1980). As autoras Bruna Triana e Diana Gómez, ao analisarem o filme *Hunger* (Steve McQueen, 2008), também se concentram na forma poética e bela por meio da qual o diretor conseguiu demonstrar a dor e o sofrimento dos membros do grupo revolucionário ETA (Pátria Basca e Liberdade). Porém, dentro do cenário político do Brasil nos últimos anos, o filme aqui abordado gerou inúmeras controvérsias e recebeu uma atenção gigantesca da grande mídia e também de meios de comunicação independentes e esse foi o principal motivo da minha escolha por ele.

Mas ainda havia uma questão: não seria possível analisar esse filme somente por seu conteúdo. A história que ele se propõe a narrar faz parte de uma série de acontecimentos que vêm afetando a maneira como ele foi produzido e como ele é percebido pelos seus espectadores, incluindo o antropólogo-espectador que escreve este texto. Para poder analisar esse filme é preciso também olhar para o contexto que permeou toda sua narrativa, a maneira como a Operação Lava-Jato foi (e ainda é) representada na grande mídia nacional. É preciso fazer também uma análise da mídia nos últimos anos para que o contexto desse filme seja ampliado para além dele mesmo e para entender como sua narrativa se aproxima de uma agenda pública que tomou conta dos noticiários brasileiros recentemente.

Penso aqui que seja possível ampliar o termo “antropólogo-espectador”, tratando daquele pesquisador que toma o filme como objeto de interlocução e que também é um espectador do processo midiático e político de criação de uma narrativa que culminou com o lançamento desse filme. Para isso faço no capítulo 2 uma análise do comportamento da grande mídia nacional durante os anos de 2013 a 2016, observando como todo esse processo foi posteriormente narrado no filme “*Policia Federal – A Lei é Para Todos*”.

CAPÍTULO 2 - O papel da grande mídia brasileira, 2013 a 2016

2.1 2013 e as manifestações de junho

Creio que seja importante destacar o momento histórico em que o país se encontra e os acontecimentos que levaram a indústria do cinema a ter o interesse em realizar um filme sobre o escândalo da Lava-Jato. Como se trata de uma obra cinematográfica que pretende contar uma história “real”, entender o que ocorreu desde o ano de 2013 até a destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016 é imprescindível para compreender o contexto do filme.

Mais do que trazer à análise esse contexto histórico, procuro aqui argumentar que esse contexto foi sendo progressivamente construído pela ação de vários personagens, sobretudo aqueles ligados à grande mídia. Partindo da ideia de que se pode analisar um processo que foi televisionado e construído pelos meios de comunicação durante esse período, creio que seja possível utilizar a perspectiva do antropólogo-espectador para observar tais acontecimentos, com foco na maneira em que eles foram narrados na mídia tradicional do Brasil, mais especificamente pela televisão, revistas e jornais, todos de grande circulação, seja em suas edições impressas ou online. Essa análise se baseia na minha experiência enquanto espectador desses acontecimentos, mas também em uma literatura de apoio, com análises sociológicas, políticas e dados midiáticos sobre o que aconteceu durante esse período e como a mídia teve papel central nesse desenvolvimento.

Conforme argumenta a antropóloga Debra Spitulnik (1993), os meios de comunicação de massa são, simultaneamente, artefatos, experiências, práticas e processos. Associados à ciência, à tecnologia e, sobretudo, à linguagem, eles são econômica e politicamente orientados. A antropologia tem abordado a mídia por vários ângulos: como instituição, como prática de comunicação, como produto cultural, como atividade social, como forma estética e como desenvolvimento histórico (idem). Foco aqui nos meios de comunicação de massa como uma prática de construção e divulgação dos “fatos”, com potencial de modelar valores e, em última instância, a própria experiência.

Autores como Stuart Hall (apud SPITULNIK 1993) têm enfatizado o poder dos meios de comunicação de massa em fornecer ao público um modo de ver e interpretar

o mundo, ajudando a dar forma à própria existência e à participação das pessoas numa sociedade:

os meios de comunicação de massa têm sido cada vez mais responsáveis (...) por fornecer imagens, representações e ideias em torno das quais a totalidade social, composta por todas essas peças separadas e fragmentadas, pode ser apreendida coerentemente como um “todo”. (HALL apud SPITULNIK 1993)

Embora reconheça que esse tipo de análise peca por não dar espaço à agência do público nos processos de interpretação das mensagens veiculadas pela mídia, a percepção da mídia como protagonista na “definição da realidade” inspira o presente capítulo. Em um contexto plural, que encerra um conjunto de lutas políticas, os meios de comunicação de massa dispõem de instrumentos bastante eficientes na construção de uma imagem hegemônica do contexto vivido.

Durante o ano de 2013, com as perspectivas da copa das confederações, da copa do mundo e das eleições de 2014, vimos um grande número de movimentos sociais que começavam a questionar os gastos que o governo federal estava tendo com os megaeventos esportivos que se aproximavam em detrimento de investir esse dinheiro em áreas que passam por um processo histórico de desgaste e sucateamento, como a saúde e a educação. Os ânimos já estavam exaltados quando o governo de São Paulo, do governador Geraldo Alkmin (PSDB), e a prefeitura da cidade de São Paulo, do prefeito Fernando Haddad (PT), aumentaram as tarifas do transporte coletivo dos municípios paulistas de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. O *Movimento Passe Livre* (MPL) organizou no dia 6 de junho de 2013 a primeira manifestação contra esse aumento. Durante essas manifestações, a violência policial foi marcante e logo a televisão e a internet estavam cheias de vídeos de manifestantes sendo espancados, presos e reprimidos por forças do Estado. Essa repressão foi o estopim de um levante de manifestações de rua que não se via desde as manifestações contra o governo Collor em 1992 (NOBRE, 2013). As manifestações do MPL que se seguiram foram marcadas pela mesma violência. Impulsionados pelo que acontecia em São Paulo, vários movimentos começaram a ir às ruas pedir o fim da violência policial e questionar os gastos do governo.

Em 17 de junho, as manifestações que haviam começado com 2 mil pessoas na capital paulista agora eram de 400 mil pessoas em várias capitais do país. No dia 20 de junho as manifestações já aconteciam em 400 cidades e 20 capitais (ANTUNES, 2013). Essas manifestações que se espalharam pelo país não tinham lideranças com

as quais pudessem se comunicar de maneira mais unificada. O Movimento Passe Livre acabou por se retirar dos protestos pois acreditava que suas pautas estavam sendo tomadas por outros movimentos (NOBRE, 2013). Ao longo dos meses de junho e julho, as manifestações estavam acontecendo de maneira desordenada, com muitas pautas que questionavam a administração pública em vários eixos e elegiam a política em todos os seus aspectos como uma instituição que não tinha legitimidade para a grande maioria dos brasileiros. Mas qual o papel do conglomerado midiático brasileiro dentro desses protestos?

A mídia no Brasil é um negócio (como o é dentro de qualquer contexto capitalista), e como tal sobrevive através de dinheiro que lhe é injetado por investidores que têm suas próprias pautas e projetos de sociedade:

O dinheiro proveniente da veiculação dos anúncios sustenta toda a mídia: casa emissora de rádio, jornal, revista ou rede de televisão “comerciais” depende, para sua sobrevivência no mercado, da chamada “verba publicitária”. A par desse papel de “mola-mestra” do sistema de mídia, a publicidade ainda exerce uma enorme influência na cultura contemporânea, não apenas no Brasil, mas em todo mundo capitalista. (Gastaldo, 2009)

No caso, os investidores são aqueles que patrocinam sua programação, incluindo aqui o Estado. Saber que esses patrocinadores têm um papel fundamental na direção das pautas das redações jornalísticas é óbvio, mas devemos tentar entender como essas pautas são passadas para o público através de jornalistas, jornais e programas de televisão que possuem uma inserção enorme no cotidiano das pessoas, gerando assim grande credibilidade entre a maioria da população (BOURDIEU, 1996). Durante as manifestações de 2013, a principal redação do país, o grupo Globo, mudou sua pauta ao longo dos dias, o foco que antes eram as ações diretas de grupos chamados de vândalos foi aos poucos sendo substituído por um foco mais ligado ao caráter da força política das manifestações. Transformando assim a maneira que esses acontecimentos eram vistos por aqueles que assistiam aos seus telejornais e acompanhavam seus jornais impressos e portais de notícias online.

Nos dias após as primeiras manifestações de 6 de junho, a linha editorial do *Jornal Nacional* se concentrava em classificar como vandalismo e distúrbio da ordem os movimentos que se seguiram com pautas colocadas pelo MPL. No dia 13 de junho, o jornalista Arnaldo Jabor, em um quadro de opinião do telejornal *Jornal da Globo*, chama os manifestantes de “ignorantes políticos”, de arruaceiros, filhos da classe média sem causa e que não usavam o transporte público, por isso não precisavam

“chorar” por R\$ 0,20 centavos (JORNAL DA GLOBO, 13/06/2013). Quando as manifestações foram crescendo e tomando conta do país, no dia 18 de junho, a linha editorial do jornal passa pela sua primeira mudança: a violência e o vandalismo ainda são pautas, mas o foco é dividido com uma negação da política pelas manifestações (FERES JR., MIGUEL e BARBABELA, 2014). Um dia antes, 17 de junho, o jornalista Arnaldo Jabor diz, na rádio CBN (que faz parte do grupo Globo), que errou em classificar os grupos de manifestantes como vândalos e comemora a “força política original” dos protestos (HOJE EM DIA, 17/06/2013). No dia 21, ocorre uma nova mudança: o vandalismo ganha cara e nome, os “Black Blocs”. Eles são retratados como aqueles que estão nas manifestações para atrapalhar os que “querem mudar o país”. Seriam esses grupos de mascarados os causadores de confusão e que provocam a polícia até que ocorra um confronto. Em contraponto, os manifestantes que querem protestar “pacificamente” ganham pauta e é exaltado o fato de que a presidente Dilma Rousseff é aquela que deve responder pelas demandas, não tão claras, dos manifestantes (FERES JR., MIGUEL e BARBABELA, 2014).

A televisão e outros meios de comunicação da grande mídia têm um certo monopólio dos fatos. A abrangência desses meios é tão grande que é possível que eles ditem certas narrativas a ponto de formular ideias e ideais com a agenda que mais lhes convém. Utilizam o poder simbólico que possuem (BOURDIEU, 1989), impulsionados pelo jornalismo para ditar certos caminhos à população. A imagem em movimento tem um caráter de dramatização muito grande. Aqueles que têm esse poder de noticiar fatos podem exagerar a importância ou a gravidade e transformar o fato de quebrar janelas, por exemplo, em algo extremamente trágico (BOURDIEU, 1996). Eu, que estive presente em algumas manifestações durante esse período, pude notar que o número de pessoas realmente cresceu após os primeiros dias, e que se antes bandeiras de partidos e movimentos políticos eram erguidas, depois de um tempo estas começaram a ser colocadas abaixo por manifestantes que se diziam “apartidários” e que cantavam o hino nacional como palavra de ordem e usavam a bandeira nacional como símbolo unificador.

2013 foi um ano em que a popularidade da presidente Dilma caiu. Ela foi colocada no holofote e sobre ela recaiu o descontentamento que existia sobre a classe política do país. Em 2014 esse descontentamento só iria piorar, um escândalo estava se moldando e ele seria o pivô de uma crise política e financeira no país.

Em 2014, ano eleitoral e ano da copa do mundo no Brasil, foi deflagrada a primeira fase da operação da Polícia Federal que investigava desvios de verba pública na Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRAS). Essa operação, batizada de “operação Lava Jato”, levou ao foco da mídia brasileira um escândalo que envolvia membros do alto escalão do governo e membros do partido da presidente que iria concorrer à reeleição naquele mesmo ano.

Durante anos eleitorais existe uma disputa midiática entre os candidatos. Ter o maior número de reportagens e manchetes positivas, ficar longe de escândalos e ter um adversário que está constantemente na mídia de maneira negativa podem fazer a diferença entre perder e ganhar uma eleição. A Mídia hegemônica, de maneira geral, tem o poder de tratar de forma diferente os escândalos de um ou outro partido ou figura política, isso vai depender muito dos interesses desses veículos de comunicação.

Durante períodos de eleição é comum que escândalos sejam abordados pelos noticiários, principalmente quando um com potencial midiático tão grande quanto o escândalo da Petrobrás havia sido deflagrado e atingia diretamente líderes do governo que iriam concorrer à reeleição.

2.2 Eleições 2014 e escândalo da Petrobrás

No Brasil, desde o início do período democrático, os escândalos de corrupção sempre fizeram parte da cobertura midiática sobre a política, principalmente em anos de eleição (FERES JR., SASSARA, 2016), e o ano de 2014 não foi diferente.

Como citado acima, no dia 17 de março de 2014 foi deflagrada uma operação, resultado da parceria entre a Polícia Federal e do Ministério Público Federal, que investigava desvios de dinheiro e pagamentos de propina dentro da Empresa Brasileira de Petróleo (PETROBRAS). Colocando em foco o então governo do Partido dos Trabalhadores, pois vários membros do alto escalão da administração petista eram citados, isso tomou conta das manchetes durante todo o período eleitoral, se estendendo para além dele. Ninguém sabia até aquele momento quais seriam os desdobramentos dessa operação e como ela se tornaria o principal assunto veiculado na mídia nos anos que iriam se seguir.

O que pretendo trazer nesta parte do meu texto não é o que foi a operação, pois irei retornar à análise desta no capítulo 3, onde falarei sobre a representação

cinematográfica da Lava Jato, mas sim como a grande mídia criou uma agenda para que os desdobramentos dessa investigação fossem decisivos nas eleições daquele ano. Farei então um breve resumo para contextualizar o que foi a operação pela ótica da mídia e para isso irei usar a explicação que o portal de notícias da Rede Globo, G1, publicou em sua edição de 14/04/2018.

Deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal (PF), a Operação Lava Jato investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras. A PF estima em R\$ 19 bilhões o prejuízo na estatal (G1, 14/04/2014).

Segundo a reportagem, o esquema foi iniciado durante o governo do ex-presidente Lula e tinha como foco 114 suspeitos e várias grandes empreiteiras do país.

Como mencionado acima, anos eleitorais são marcados por escândalos de corrupção. O caso da Petrobras não foi o único a ser pautado pela mídia, mas certamente foi o mais citado e por isso o que mais marcou as lembranças desta eleição especificamente.

Bourdieu, em seu texto *Sobre a televisão* (1996), aborda a busca dos jornalistas pelo próximo “furo”, a busca por uma notícia que seja exclusiva e que possa impor uma certa narrativa perante os outros meios de comunicação. No Brasil, esses “furos” de reportagem são compartilhados por diferentes veículos de notícias, gerando uma narrativa praticamente única sobre certos acontecimentos e isso fica claro quando analisamos as manchetes dos principais jornais e telejornais do país, onde a mesma notícia é compartilhada com os mesmos pontos de vista abertamente. O *agenda setting* ou teoria do agendamento (FERNANDES, 2016) é a maneira como grandes conglomerados que controlam a comunicação influenciam um debate público, Isso acontece quando vários meios de comunicação independentes uns dos outros publicam ao mesmo tempo notícias que contem as mesmas fontes e análises muito similares. Utilizando desse meio, ideias discordantes da narrativa hegemônica acabam sendo suprimidas, dando assim uma sensação de que o discurso é somente um. (MCCOMBS; SHAW,1972).

No caso do Brasil, esse fenômeno tem sido revelado através de levantamentos quantitativos e qualitativos. Em pesquisas feitas pelo site *Manchetômetro*,³ as citações nos principais jornais sobre escândalos são extremamente desproporcionais em

³ “O Manchetômetro é um website de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política e não tem qualquer filiação com partido político ou grupo econômico.” Retirado do próprio site da entidade <http://www.manchetometro.com.br/>

relação a diferentes partidos ou figuras políticas (FERES JR., SASSARA, 2016). Ao longo da história, o Partido dos Trabalhadores (PT) tem seus escândalos colocados exaustivamente em pauta pela grande mídia enquanto os escândalos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) são minimizados, pouco explorados e muitas vezes esquecidos pelos jornais (Idem).

Esse monopólio de informações é tão evidente que basta ver as capas dos jornais e das revistas de grande circulação no país para observar que as manchetes serão basicamente as mesmas e, se não as mesmas, os conteúdos abordados serão parecidos (FERES JR., SASSARA, 2016). Tal maneira de espalhar notícias cria o que Bourdieu chama de informação-ônibus (1996). Essas informações seriam dadas de maneira tão similar e fluida, sem contradições ou pontos de vista relativos, que acabariam por criar uma homogeneidade no pensamento da sociedade. As pessoas que consomem essas informações não leem todos os jornais ou todas as revistas semanais e não assistem a todos os telejornais. Então essas notícias praticamente iguais espalhadas por vários meios de comunicação criam um sentimento de imparcialidade grande, você pode falar para o seu vizinho que leu uma notícia na revista *Veja* e ele concordar com você e reafirmar a notícia porque viu a mesma informação no *Jornal Nacional*.

Durante o período eleitoral, segundo o site *Manchetometro*, oito escândalos de natureza política foram mencionados em manchetes de jornais, revistas e no *Jornal Nacional*. Foram eles: Operação Lava Jato, Mensalão do PT, CPI-Graça Foster, Aeroporto de Cláudio, *Wikipedia* – Mirian Leitão, Metrô de São Paulo, Mensalão Tucano e Correios MG. Desses escândalos, 5 são atribuídos ao PT e 3 são atribuídos ao PSDB (FERES JR, SASSARA, 2016). Agora, ao olharmos os números de manchetes para cada escândalo, a diferença é enorme: são 450 manchetes sobre o PT e menos de 50 sobre o PSDB (Base de dados *Manchetometro/Lemep*). Além disso, o caso do mensalão do PT, que já havia sido julgado e tinha inclusive condenado uma série de acusados, foi mais citado do que o caso do aeroporto de Cláudio, que havia sido exposto muito recentemente e envolvia o candidato à presidência Aécio Neves (idem, 2016). Outra comprovação do *agenda-setting* dos conglomerados midiáticos é o fato de o *Jornal Nacional* veicular durante o período eleitoral 31 matérias sobre o escândalo da Lava Jato. Dessas matérias, apenas 7 foram vinculadas como exclusivas e onde a equipe de reportagem tinha tido acesso direto às fontes dessas

informações. As outras 24 matérias foram reproduções de notícias publicadas primeiramente em meios impressos, alguns destes de fora do Grupo Globo de comunicações, como *Revista Veja*, *Folha de S. Paulo*, *Revista Época*, *Estado de S. Paulo* (FERNANDES, 2015).

O campo jornalístico, principalmente de conglomerados de comunicação, funciona através da lógica do índice de audiência e, portanto, do lucro que sua programação e suas publicações geram. Ao escolher quais escândalos irão tomar a frente de seus noticiários é possível pensar que esses grupos midiáticos escolhem proteger aqueles que acreditam que irão proporcionar mais vantagens no decorrer do tempo, os efeitos que esse tipo de agenda política pode ter dentro da sociedade são enormes, e talvez fortes o suficiente para enfraquecer a democracia.

O resultado das eleições de 2014 foi apertado, mas a candidata do Partido dos Trabalhadores, Dilma Rousseff, foi eleita com 51,64% dos votos válidos (fonte TSE). O candidato derrotado do Partido da Social Democracia Brasileira, Aécio Neves, não aceitou a derrota e, em vídeo publicado em sua página no Facebook, prometeu lutar contra o resultado.

2.3 As manifestações de 2015

O ano eleitoral acaba atolado em escândalos e com vários grupos querendo agregar a insatisfação de uma parcela da população que não reconhecia como legítima a vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores. A oposição ao governo começa a incendiar as redes sociais com vídeos convocando às “ruas” para se manifestar e promete questionar as eleições no Superior Tribunal Eleitoral. O tema das manifestações convocadas é principalmente o escândalo da Petrobras e a lei de diretrizes orçamentárias (LDO) (FONTE G1), algo que seria usado mais à frente para validar a destituição da presidente. Os políticos que convocam essas manifestações, principalmente o senador Aécio Neves, são citados em inúmeros casos de corrupção e serão em breve vinculados aos desvios da Petrobrás, porém as notícias se resumem em informar o dia, a hora e os motivos da manifestação.

Após um período eleitoral, os ânimos midiáticos de escrutínio sobre o governo recém-eleito tendem a se acalmar até que esse governo esteja formado. Esse tempo é chamado de “lua de mel” (JOHNSON, 1983; NORPOT H, 1984). O início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff não teve essa “lua de mel”. Desde que o

resultado foi oficializado, com todas as urnas apuradas, a cobertura midiática das grandes publicações jornalísticas do país, que já tinha sido negativa durante todo o período eleitoral, ficou ainda mais negativa.

No mês de outubro, houve 92 manchetes negativas nas principais revistas semanais e jornais sobre a presidente. Já no mês de janeiro, o número chegou a 229; em março e abril, esse número chegou a 322 (FERES JR., SASSARA 2016). A posição midiática de continuar com o processo de inserir uma agenda própria dentro da agenda pública se tornou ainda mais acirrada quando as eleições acabaram. A grande manchete ainda era o escândalo da Petrobras, porém os personagens envolvidos que se concentravam a centro-direita, Aécio Neves, Eduardo Cunha, Renan Calheiros, para citar alguns exemplos, eram praticamente ignorados pelas grandes redações de jornalismo do país (Idem, 2016).

Vemos aí a força que essas organizações têm sobre o cenário social do país. Elas podem mobilizar, desmobilizar, criar grupos que são inimigos e eleger heróis, e esses pontos de vista acabam se tornando oficiais (BOURDIEU, 1996).

O discurso das manifestações de 2013 de que a política estava corrompida e que partidos políticos não representavam o interesse da população continuava com força. A agenda midiática que foi colocada durante os protestos e que foi assumida por aqueles que se diziam “apolíticos” recaí novamente sobre a figura da presidente. Uma lista de políticos é enviada pelo Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, ao Supremo Tribunal Federal (BENITES, 2015). A partir desse ponto, os nomes dos investigados perdem o sigilo e são divulgados pela mídia. São 54 nomes divulgados, entre eles os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Eduardo Cunha e Renan Calheiros respectivamente, além de membros do PT (Idem, 2015), incendiando ainda mais o clima político no país.

No dia 9 de março, acontece o primeiro pronunciamento oficial em rede nacional da então presidente Dilma Rousseff no seu segundo mandato. Durante esse pronunciamento, em apartamentos de classe média de várias capitais do país um som de panelas começa a ecoar, aos gritos de “FORA PT”. Os “paneleiros”, como passam a ser chamados pela mídia independente e de fora do país, dão as caras pela primeira vez no cenário de manifestações (MENDONÇA, 2015).

O sentimento de repúdio ao Partido dos Trabalhadores começa a ganhar uma força ainda maior durante esse ano. Grupos como Movimento Brasil Livre (MBL) e

Vem Pra Rua começam a agregar pessoas e a difundir ideais, que segundo suas páginas no Facebook são conservadorismo e de liberalismo econômico. Com o atrativo de ter lideranças jovens e bem articuladas, esses movimentos começam a reunir uma massa de seguidores em redes sociais, incluindo vários daqueles que se consideravam “apartidários” e que queriam retirar o PT do poder (AMARAL, 2016). Ainda não se sabe muito bem de onde surgiram tais grupos, e se existe um financiamento deles, mas o que se sabe é que esses foram apresentados para o público como um movimento independente de partidos e com bandeiras liberais, muito embora hoje tenham membros eleitos como vereadores por partidos “tradicionais”.

No dia 15 de março de 2015, acontece a primeira grande manifestação pró-impeachment organizada por três grupos: Movimento Vem Pra Rua, que tinha como identificação membros do mundo empresarial brasileiro e que até então não havia apoiado o impeachment; Movimento Brasil livre, mais jovem e com líderes eloquentes que apoiavam o impeachment com base na lei de responsabilidade; e o grupo Revoltados Online, que além de querer a destituição da presidente também tinha como bandeira a intervenção militar (BEDINELLI e MARTÍN, 2015). Todos esses grupos tinham em comum o fato de que não se identificavam com nenhum partido político. Segundo a polícia militar, 3,6 milhões de pessoas saíram às ruas em mais de 300 cidades do país, e esse foi tratado pela mídia como o maior protesto da história (FOLHA, 15/03/2015). Além do pedido da saída imediata da presidente eleita no ano de 2014, os manifestantes também pediam a prisão do ex-presidente Lula, deixando de lado os outros citados nas delações da Lava Jato até aquele momento.

A cobertura televisiva do protesto do dia 15 de março foi muito positiva, e inclusive convocatória. Segundo o site Pragmatismo Político (2015), que fez uma análise da cobertura da Rede Globo durante todo o domingo, a programação da emissora foi interrompida a cada 40 minutos para mostrar os protestos. Viam-se pela televisão famílias inteiras vestidas de verde e amarelo, com cartazes anti-Dilma, anti-Lula, fora PT, passeando pelas avenidas ao som do hino nacional. Os jornalistas da Rede Globo usavam falas como “*Ainda tá chegando gente / está começando a encher agora*”, soando quase como um convite para sair de casa e ir para as ruas. E quando comparamos com a cobertura das primeiras manifestações de 2013, onde esta era feita com foco na violência dos black blocs, essa cobertura era bastante calma, com

manifestantes tirando fotos com a polícia, num lindo domingo usado para exercer o seu direito de se manifestar.

Podemos ver esses dois modelos de cobertura nas duas imagens abaixo. Na figura 2 vemos que o jornal dá ênfase ao fato de 70, supostos, membros de grupos Black Blocs serem presos durante as manifestações do dia 17 de junho de 2013, inclusive dando cara aos líderes do movimento e traçando seu perfil. Não existe nenhuma imagem aérea da manifestação, somente a imagem de um ônibus lotado de manifestantes presos. Já na figura 3, o jornal fala sobre as manifestações de 14 de março de 2016 com enfoque na maneira pacífica dos manifestantes de irem as ruas, sua manchete diz que o “Brasil vai as ruas contra Dilma e Lula e a favor de Moro”. As imagens que ilustram a reportagem tentam mostrar a grandiosidade da manifestação e seu caráter nacional.



Fig. 2 Capa do jornal O GLOBO dia 17 de junho de 2013 (<https://www.epochtimes.com.br/concorrenca-falta/>)



Fig. 3 Capa do jornal O GLOBO do dia 14 de março de 2016 (<https://noticias.uol.com.br/album/2016/03/14/veja-capas-dos-principais-jornais-do-brasil-sobre-os-protestos-de-13-de-marco.htm#fotoNav=4>)

Esse tipo de cobertura foi padrão durante todos os protestos pró-impeachment do ano de 2015 e, aliando isso com as manchetes de revistas, jornais e telejornais, o sentimento de que o pedido de impeachment iria ser aceito mais cedo ou mais tarde estava muito forte. A Operação Lava Jato já havia chegado a nomes muito importantes da cena pública, como o presidente do congresso Eduardo Cunha e o presidente do senado Renan Calheiros. Cunha, em uma manobra para tentar se livrar do processo de investigação, aceita em dezembro de 2015 a abertura do processo de impeachment.

A revista *Veja* encerra o ano com sua retrospectiva alçando o juiz Sergio Moro, responsável pelo processo da Lava Jato na primeira instância do judiciário, a categoria de herói nacional, e boa parte da mídia faz o mesmo. A capa da revista diz “*Ele salvou o ano*” (VEJA RETROSPECTIVA 2015). A figura do juiz como o salvador da pátria vinha sendo compartilhada durante o ano 2015 com Eduardo Cunha (VEJA, Edição

de Março de 2015). Os dois apareceram em várias revistas e jornais como aqueles que estavam ouvindo as vozes das ruas. Eduardo Cunha, porém, foi denunciado e logo deixou de ser exaltado pela grande mídia. Já a relação entre a mídia e o juiz de primeira instância estava só começando.

2.4 O ano da deposição do governo de Dilma Rousseff

O caráter apartidário das manifestações se transforma em discursos voltados mais à direita, e principalmente anti-Lula, anti-Dilma e anti-PT. Com vários partidos e políticos sendo citados na operação Lava Jato, os líderes do maior partido de oposição do país, naquele momento, Aécio Neves e Geraldo Alckmin são expulsos das manifestações a favor do impeachment (G1, 13/03/2016). Um novo herói nacional é colocado como aquele que irá livrar o Brasil da corrupção, o juiz Sergio Moro. Esse personagem central na crise política dos últimos anos por estar julgando os processos da Lava Jato incorpora muito bem os sentimentos dos manifestantes que estão indo às ruas. Ele não é membro de nenhum partido político e estaria livrando o país da corrupção, pois estava prendendo políticos e empresários, algo que era relativamente inusitado. Durante as manifestações desse ano, cartazes com os dizeres “SOMOS TODOS MORO” são vistos ao lado de bonecos do ex-presidente Lula com roupa de presidiário e da então presidente Dilma com máscara de bandido (G1, 13/03/2016) (fig.4)



Fig.4 Bonecos de Lula e Dilma nas manifestações de 2016
(<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/protestos-doeram-mais-desta-vez.html>)

Após o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha aceitar colocar o pedido de impeachment na pauta de discussões da casa, as manchetes da grande mídia se dividem entre falar sobre a operação Lava Jato e sobre os possíveis desdobramentos da perda do mandato da presidente (CIOCARRI, 2016). Então, no dia 4 de março de 2016, o juiz Sergio Moro decide por realizar uma condução coercitiva do ex-presidente Lula para depor sobre os supostos favorecimentos recebidos por empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato. Segundo o próprio juiz, essa condução foi necessária para evitar tumultos e garantir a segurança do presidente (COLON; TALENTO; NUBLAT; CECAR CARVALHO, 2016), apesar dos advogados de Lula afirmarem que o presidente iria voluntariamente prestar depoimento se convocado (ROVER e SOUZA, 2016).

A cobertura da mídia desse episódio foi bastante espetacular. Ao vivo no canal *Globo News*, víamos inúmeros carros da polícia de São Paulo, vários carros da Polícia Federal e inclusive policiais portando armas. Tudo isso filmado às seis horas da manhã por um helicóptero da Rede Globo (G1, 04/03/2016). Essas imagens foram reproduzidas em vários jornais, desencadeando uma chuva de críticas de juristas e intelectuais sobre o modo como o juiz estava usando a mídia e meios que não são vistos por unanimidade como legais para colocar em pauta os desdobramentos da operação Lava Jato (CALDEIRA, 2016).

Após a condução coercitiva, um grupo de três promotores do Ministério Público de São Paulo fez um pedido de prisão preventiva do presidente, isso a três dias de uma manifestação contra o governo, com a prerrogativa de que a prisão seria necessária para manter a ordem do país (ALESSI; ROSSI; BENITES, 2016), o que acaba acirrando as disputas e incendiando ainda mais o ambiente político.

No domingo, dia 13 de março de 2016, ocorre uma gigantesca manifestação com 3 milhões de pessoas, segundo dados da Polícia Militar (G1, 13/03/2016). A cobertura da grande imprensa segue o padrão de cobertura das manifestações contra o governo daquele ano. O enquadramento das imagens da manifestação é feito de maneira grandiosa e sempre do alto para mostrar a dimensão dos manifestantes na Avenida Paulista. Dois jornais de circulação nacional, pertencentes a grandes conglomerados de mídia do país, *Folha de S. Paulo* e *Estado de São Paulo* (Fig.5), dedicam uma página inteira somente para a foto da multidão e com manchetes que dão destaque às reivindicações de impeachment e de prisão do ex-presidente, além de exaltações

à figura de Sergio Moro. Outros jornais e portais de notícias de outros conglomerados midiáticos seguem o mesmo padrão ao reportar essas manifestações (DE OLIVEIRA, 2016).



Fig.5 Capas de Jornais da manifestação do dia 13 de março de 2016 (<https://noticias.uol.com.br/album/2016/03/14/veja-capas-dos-principais-jornais-do-brasil-sobre-os-protestos-de-13-de-marco.htm#fotoNav=4>) Na sexta-feira seguinte, 18 de março, ocorrem manifestações em várias cidades do país, agora a favor do governo. A cobertura destas últimas é completamente diferente, criando um outro modelo, utilizado para noticiar as manifestações que são favoráveis a Dilma e Lula e contra o Impeachment. Além de fotografias tiradas do chão, que não dão conta do tamanho do protesto, os espaços nos meios impressos são bastante reduzidos e os manifestantes são logo classificados em grupos conhecidos por serem de esquerda, como a CUT, o MST e a UNE (Idem, 2016), ao contrário do que aconteceu com as manifestações contra o governo, onde os manifestantes são tratados somente como brasileiros, sem partido.

A construção dessas notícias tem um caráter simbólico partidário muito evidente. Através do uso da legitimação que esses veículos de informação têm perante os espectadores e leitores, eles conseguem moldar um sentimento de que aquela

narrativa é a verdadeira (ALSINA, 2009). Essas opiniões chegam ao público sem contra-ponto; os jornalistas e analistas que dão suas versões dos fatos são em sua grande maioria alinhados com o pensamento desses veículos de comunicação, e são o que Bourdieu (1996) chama de *fast-thinkers*. Segundo o autor, *fast-thinkers* seriam “ótimos clientes”, pois se sabe que eles irão dar versões conciliadoras e não irão gerar conflitos durante a narração dos fatos. Mas, ao colocá-los para debater os acontecimentos, o meio de comunicação tem a premissa de ser imparcial.

No dia 16 de março de 2016, a presidente Dilma Rousseff anuncia que irá nomear Lula ministro da Casa Civil, algo que é visto por uma grande parcela da população e tratado pela mídia como uma tentativa de “blindar” o ex-presidente Lula. A revista *Veja* lança nesse mesmo dia uma capa sobre essa nomeação com a Manchete “O Desespero da Jararaca” (Fig.6), seguida por uma reportagem de 18 páginas sobre como esse era um ato de desespero do ex-presidente (REVISTA VEJA).



Fig 6 Capa revista *Veja* (<https://noticias.uol.com.br/album/2016/03/14/veja-capas-dos-principais-jornais-do-brasil-sobre-os-protestos-de-13-de-marco.htm#fotoNav=4>)

No mesmo dia, o principal telejornal da Rede Globo, *Jornal Nacional*, divulga o áudio de uma conversa entre Lula e Dilma falando sobre sua nomeação a ministro (YOUTUBE, 17/03/2016). O diálogo é lido de maneira teatral pelos apresentadores William Bonner e Renata Vasconcellos onde cada um encarna um personagem e

recita as falas linha a linha. Outras emissoras seguem a notícia de maneira menos dramática. O Jornal da Record, por exemplo, ateu-se a trechos dos áudios apenas (YOUTUBE, 17/03/2016).

Os vazamentos dos áudios geraram uma série de manifestações durante e após a informação ser divulgada pela mídia. Segundo o site G1, painelas foram ouvidas em várias cidades do país. O Planalto, naquele momento, dizia que Sergio Moro havia violado a constituição, enquanto o juiz se defendia afirmando que o vazamento foi necessário para que os brasileiros fossem informados do que se passava dentro do Planalto (G1, 16/03/2016).

O juiz, até então bem quisto pela grande mídia, deu um furo de reportagem gigantesco para o jornal, gerando uma audiência enorme e dando pauta para a já clara agenda da mídia. O caso foi tratado como um escândalo por vários juristas e inclusive por membros do Supremo Tribunal Federal (STF). Visto o alarde que havia feito, Sergio Moro pediu desculpas através de uma nota enviada aos juízes do STF, dizendo:

Diante da controvérsia decorrente do levantamento do sigilo e da r. decisão de V.Ex.^a, compreendo que o entendimento então adotado possa ser considerado incorreto, ou mesmo sendo correto, possa ter trazido polêmicas e constrangimentos desnecessários. Jamais foi a intenção desse julgador, ao proferir a aludida decisão de 16/03, provocar tais efeitos e, por eles, solicito desde logo respeitosa escusas a este Egrégio Supremo Tribunal Federal (Retirado de reportagem do dia 29/03/2016, site G1)

Mas, mesmo assim, Moro reiterou que as escutas foram embasadas na Constituição Federal assim como os vazamentos (RAMALHO, 2016).

Essa atitude colocou em xeque o caráter imparcial do juiz e principalmente deu motivos para uma desconfiança de que havia um acordo velado entre a mídia e o judiciário onde os dois estariam alinhados com a mesma agenda.

Reproduzo aqui um trecho do livro *Sobre a Televisão* (1996), de Bourdieu, onde o autor escreve sobre a relação entre o judiciário e a mídia, e penso que se encaixa perfeitamente no contexto dos vazamentos desses áudios e na maneira como os meios de comunicação se relacionam com a Justiça:

Em um número de *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, que consagramos ao jornalismo, há um belíssimo artigo de Remi Lenoir que mostra como, no universo judiciário, certo número de juízes, que nem sempre são os mais respeitáveis do ponto de vista das normas internas do campo jurídico, pôde servir-se da televisão para mudar a relação de forças no interior de seu campo e provocar um curto-circuito nas hierarquias internas. O que

pode ser muito bom, em certos casos, mas que pode também pôr em perigo um estado, conquistado com dificuldade. de racionalidade coletiva; ou, mais precisamente, pôr em discussão aquisições certas e garantidas pela autonomia de um universo jurídico capaz de opor sua lógica própria às instituições do senso da justiça, do senso comum jurídico, frequentemente vítimas das aparências ou das paixões (BOURDIEU, 1996, p.81-82).

Ao gerar pauta propositalmente para esses meios de comunicação, o juiz coloca nas mãos desses jornalistas o poder de serem os porta-vozes do clamor popular, e isso acaba influenciando na maneira em que o juiz acha que deve proceder com provas e vereditos (idem, 1996). No caso do vazamento dos áudios, Sergio Moro colocou a então presidente do país e um réu ainda em processo de defesa no olho do furacão midiático, dando espaço para o julgamento público, para a condenação pública.

O avanço da Lava Jato sobre políticos com mandato na Câmara dos Deputados e no Senado começa a gerar uma reação, principalmente do deputado Eduardo Cunha (PMDB), que foi citado em várias delações e estava passando por uma possível abertura de um processo de cassação dentro da Câmara. Cinco dias antes da votação no Congresso sobre a abertura ou não do processo de impeachment, a revista *Carta Capital* publicou uma pesquisa do instituto de pesquisa Vox Populi que mostrava que 57% dos brasileiros se mostravam a favor da abertura do processo de impeachment, 43% não concordavam que o processo era justo, e desses entrevistados 49% achavam que o processo era uma vingança de Eduardo Cunha por não ter recebido o apoio do Partido dos Trabalhadores contra a abertura do processo de cassação de mandato por corrupção (COINBRA, apud COBBI; CODOY 2016).

No dia 17 de abril de 2016, a votação pela abertura do processo de impeachment foi iniciada. Várias manifestações ocorriam pelo Brasil e as ações que tinham lugar no plenário da Câmara dos Deputados eram transmitidas ao vivo por redes de TV privadas e públicas, além da internet. A Rede Globo começou sua transmissão pela manhã, encurtando seus programas habituais e colocando comentaristas, alinhados com a emissora, para discutir os desdobramentos caso o processo fosse aceito pela casa. Os jornalistas se tornam comentaristas, apesar de não serem especialistas em Constituição, ou direito jurídico, e usam de sua credibilidade como intelectuais do meio jornalístico para dar as informações para o público. Durante o domingo, a programação do canal fazia incursões dentro da

votação, então voltava à programação normal, para logo depois mostrar as manifestações pelo país (COBBI; CODDY 2016). O enquadramento desses protestos seguiu um formato um pouco diferente dessa vez. Aqueles a favor da abertura do processo eram filmados de perto, com repórteres cercados de manifestantes de verde e amarelo e mostrando o caráter apartidário destes. As manifestações contrárias eram filmadas de longe com a câmera parada em um tom mais monótono (Idem, 2016).

O placar foi de 367 votos a favor da abertura do processo, 137 contrários, 7 abstenções, 2 ausências. Com a vitória da oposição, o link ao vivo da Globo corta para as ruas onde brasileiros de verde e amarelo, com camisas da CBF (Confederação Brasileira De Futebol), comemoram a deposição da presidente como se fosse um título de copa do Mundo. Dilma é afastada e o processo segue para o Senado.

Quatro meses depois, dia 31 de agosto de 2016, o ritual se repete no Senado com o placar de 61 votos favoráveis e 20 contra. O impeachment é confirmado e o vice-presidente Michel Temer assume o posto de Presidente da República.

CAPÍTULO 3 -O filme sobre a Lava Jato

3.1 A primeira narrativa cinematográfica da operação

Neste capítulo, analiso o filme *Policia Federal – A Lei é Para Todos*, lançado em 2017 com a intenção de contar a história da operação Lava Jato em 110 minutos. Direção de Marcelo Antunez, produção de Tomislav Blasic, roteiro de Gustavo Lipsztein e Thomas Stavros e elenco de grandes estrelas da Rede Globo, como Ary Fontoura, Flavia Alessandra e Marcelo Cerrado, para citar alguns. A produção do filme teve um orçamento de 16 milhões de reais (VALENTE e CARAZZAI, 2017) e não teve financiamento da Lei do audiovisual (Lei 8.685/93) e da Lei Rouanet (Lei 8.313/91). Segundo o diretor, eles decidiram não usar a captação pública porque queriam evitar críticas (RODRIGUES, 2017). Seus patrocinadores foram privados e seus nomes nunca foram divulgados.

Como explorado no capítulo anterior, a busca por uma narrativa que agregasse agendas políticas de vários setores do país foi destrinchada pela grande mídia durante os anos de 2013 até a efetivação do impeachment em 2016, que destituiu a presidente, eleita em 2014. Durante esse tempo, houve uma cisão na opinião pública sobre quem eram os verdadeiros culpados pela crise política e financeira do país. De um lado estavam aqueles que diziam que a culpa era do PT, Lula e Dilma; de outro, aqueles que acreditavam que um golpe havia enfraquecido as instituições. No meio dessa crise, vários filmes, documentários e séries começaram a ser produzidos.⁴ O audiovisual estava entrando na disputa para narrar os acontecimentos em curso. *Policia Federal – A Lei é Para Todos* foi o primeiro a ser lançado, no dia em que os brasileiros celebram seu patriotismo, 7 de setembro de 2017. Mas voltemos um pouco.

Durante a elaboração do projeto de pesquisa cujos resultados são aqui apresentados, eu estava em busca de um filme a ser analisado sob a ideia do antropólogo como espectador. Estava indo para uma reunião na UnB para discutir os rumos da pesquisa, quando peguei o ônibus 501, linha que sai da região administrativa de Sobradinho e vai até o Plano Piloto em Brasília. Durante a viagem, eu estava lendo

4 Entre projetos audiovisuais que falam sobre a Lava Jato está a série *O Mecanismo*, de José Padilha, que estreou no mês de março de 2018 na plataforma digital *NETFLIX*. Digno de menção é também o documentário *O Processo*, de Maria Augusta Ramos, que trata da crise política no país, de 2013 até 2016.

o texto de Gregory Bateson, *An Analysis of the Nazi Film "Hitlerjunge Quex"* (1980), o autor tenta entender através da análise de um filme nazista como eram apresentados os heróis e os inimigos, e como o filme construía uma propaganda dos valores nazistas de maneira artística e quase inconsciente para os espectadores. A ideia de um filme como propaganda ainda não havia passado pela minha cabeça, e principalmente a ideia de que os produtores desse filme talvez não estivessem contando essa história com a intenção real de fazer um filme propaganda. No caso analisado por Bateson, os princípios nazistas, o sentimento da época, fizeram com que eles contassem essa história de maneira a interessar um grande público, que afinal era composto por partidários da mesma ideologia (BATESON, 1945). Descendo do ônibus e indo em direção ao prédio do Instituto de Ciências Sociais (ICS) na Universidade de Brasília (UnB), eu passei por um edifício chamado Maloca, que é um lugar construído para agregar os estudantes indígenas da universidade em suas pautas políticas e também para fomentar a convivência entre eles. Do lado de fora da Maloca existe uma placa que identifica a construção. Embaixo dessa placa havia um cartaz do *Movimento Brasil Livre* (MBL) e isso me chamou atenção, pois aquele lugar, até onde eu sei, não é frequentado por membros desse grupo. Nesse cartaz, além do logotipo do MBL, havia também um logotipo da Polícia Federal e uma imagem da superintendência da PF em Curitiba e dizia:

O MBL comunica que a PF, em parceria com o MPF de Curitiba, estará distribuindo em Brasília, a partir de julho, 5.000 convites para estreia do filme 'A Lei é Para Todos'. Essa obra prima, tem o objetivo de obter apoio da opinião pública para colocar o Lula na prisão assim impedir sua candidatura em 2018. (Fig.6)

O cartaz do MBL mostrava os interesses desse grupo, aparentemente apoiado pela PF e pelo Ministério Público Federal, em inserir uma agenda nas discussões da próxima eleição através de um filme.

Pensando no agendamento da mídia, elaborado no capítulo anterior, esse filme me pareceu perfeito para tentar explorar como uma obra cinematográfica poderia reproduzir a narrativa hegemônica da grande mídia, ao ponto de um grupo que nasceu das manifestações dos últimos anos, sem pudor algum, fazer propaganda da obra dentro da universidade (Fig.7).

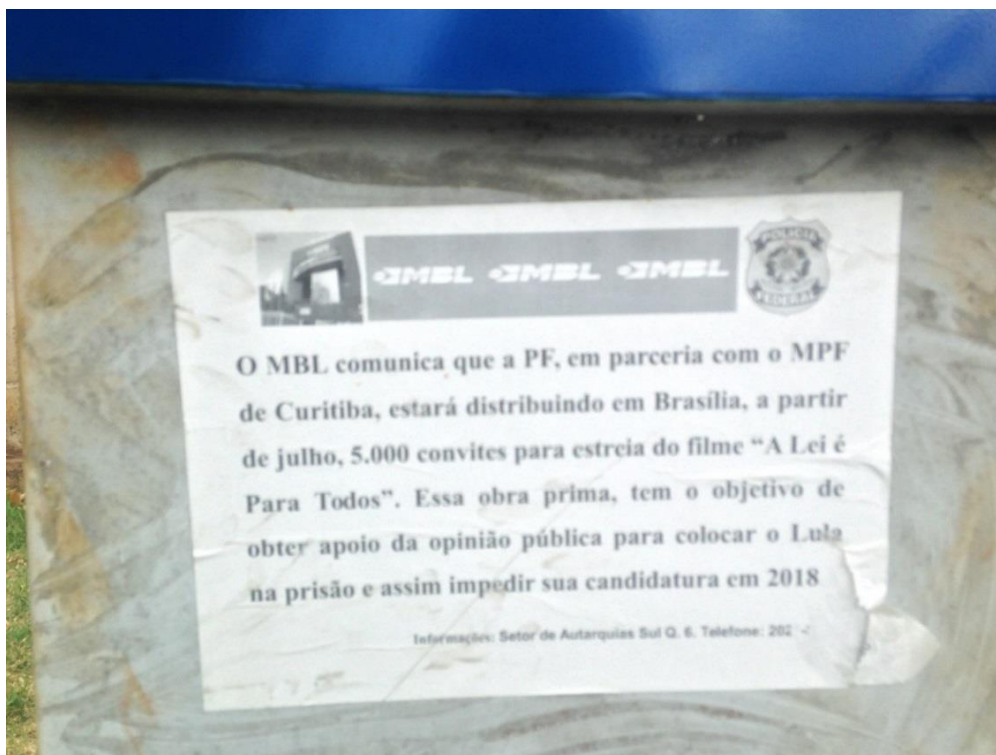


Fig.6 Cartaz MBL (Foto do Autor)



Fig.7outros cartazes na UNB (Fotos do Autor)

Farei uma breve apresentação do enredo da obra cinematográfica em questão para que o leitor que não está familiarizado com o filme possa entender quais são os

contextos abordados pelos idealizadores. Depois irei fazer uma análise desse enredo baseada na minha experiência como espectador, mas também a partir das críticas de especialistas em cinema, além de narrar as controvérsias midiáticas que envolvem o filme.

3.2 Um Resumo do Filme “Polícia Federal – A Lei é Para Todos (2017)”

O filme foi assistido pelo menos quatro vezes, primeiro uma versão obtida pela internet e as outras vezes através do serviço de *stream* do canal *TELECINE* (que faz parte do bloco de canais *GLOBOSAT* que pertencem ao grupo Globo). O filme, segundo o canal, ficará disponível para visualização até o dia 05/08/2020.

O filme começa ainda quando os logotipos das produtoras (*DOWNTOWN FILMES*, *PARIS FILMES*, *Raconto Produções*, *TELECINE*) estão rodando. Escuta-se um diálogo que acontece por telefone entre o delegado da Polícia Federal Julio Cesar (Bruce Gomlevsky) e o agente Vinícius (João Baldasserini). Este diálogo acontece no dia 17/03/2014 e os personagens estão falando sobre a prisão que Vinicius está prestes a fazer do doleiro⁵ Alberto Youssef (Roberto Birindelli) e sua possível fuga. Antes que qualquer personagem apareça em cena, três mensagens surgem na tela.

A primeira:

Essa é uma obra cinematográfica baseada em fatos reais de inegável interesse público e de grande repercussão na imprensa e meios de comunicação em geral, bem como inspirada em obra literária de caráter documental e histórico, que se utiliza de pesquisa jornalística, fundamentando-se em documentos públicos e oficiais.

A segunda:

“Os eventos retratados aqui ocorreram entre abril de 1500 e março de 2016”

A terceira:

De tanto ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantar-se o poder nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra, desanimar-se da justiça e ter vergonha de ser honesto (Rui Barbosa).

⁵ Doleiro é o nome dado para a pessoa que faz negociação de moedas estrangeiras – normalmente o dólar – num mercado alternativo ou paralelo ao convencional. Aos olhos da Polícia Federal, a prática do doleiro é considerada um crime, pois ele é responsável por fazer conversões e cobrar taxas de moedas estrangeiras fora do que estipula a lei vigente no país.

Após esses “avisos”, que dão o tom do filme para o espectador, voltamos para a ação e os primeiros personagens entram em cena. Em uma sala, presumivelmente dentro da sede da PF em Curitiba, no estilo de programas policiais norte-americanos, é possível ver vários computadores com mapas e números e uma movimentação de pessoas. Dois delegados da força tarefa da Lava Jato, Julio e Ivan (Antonio Calloni), continuam a discutir sobre a ação que está ocorrendo naquele momento de busca de Youssef (é assim que os personagens tratam o doleiro). Eles estão falando com outra agente, Bia (Flávia Alessandra), que está de tocaia em frente a um posto de gasolina dentro de uma van disfarçada de serviço de entrega de uma empresa de bolos. “Pior é imaginar eles esse cara (se referindo a Youssef) rindo da gente”, diz Bia quando eles a informam que não sabem onde o doleiro está. Eles sabem que Yousseff está na capital do Maranhão e com uma grande sacada Julio avisa que uma pessoa como Yousseff só poderia estar em três hotéis em São Luís, pois aparentemente ele seria uma pessoa que gosta de luxo. No primeiro hotel que eles ligam, encontram o doleiro que acaba desconfiando quando a recepcionista do hotel transfere a ligação do policial para ele. Julio desliga o telefone quando escuta a voz de Yousseff e solta a frase “A operação morreu”.

No hotel, Alberto Yousseff aparentemente conseguiu fugir, está em um quarto agora com um outro personagem, sem nome, mas que trabalha para algum político. Ele sabe que estão vindo atrás dele e planeja sua fuga em um carro que vai chegar. A cena em tela que está em uma tensão crescente é cortada para uma cena dentro de uma casa de classe alta. Um homem faz um chá e a câmera acompanha o movimento. A música em tom heroico vai subindo junto com a imagem até revelar que quem está bebendo o chá é o Juiz (Marcelo Cerrado). Ele vai até sua cama e se deita ao lado de sua mulher, quando recebe uma mensagem no celular sobre uma troca de endereço de busca do doleiro. Deitado na sua cama, ele abre o computador e faz o despacho. Na tela do computador vemos o nome do Juiz, Sergio Moro. Esse é o único momento em que vemos o nome; durante todo o resto do filme ele é tratado como “o Juiz”.

Ao entrar no quarto em que Yousseff deveria estar, o agente Vinicius percebe que o mesmo estava vazio e avisa a Superintendência da PF, “ele estava aqui, mas o quarto está vazio, ele fugiu”. Na sala da força tarefa em Curitiba, Jonas chuta uma

lixeira frustrado e, com raiva, grita “Porra!”. Um fundo preto, uma música dramática, na tela aparece em letras vermelhas “POLÍCIA FEDERAL – A LEI É PARA TODOS”.

Somos introduzidos agora ao narrador da história, o delegado Ivan, que diz em *off*: “É claro que nossa história não começa aqui”. Enquanto ele fala isso, desenhos de ratos correm em uma caravela portuguesa. “A corrupção, como a varíola e a tuberculose, chegou no Brasil junto com as primeiras caravelas”, explica. Enquanto isso, são mostrados através de desenhos vários casos de corrupção que aconteceram durante o Império. Então o narrador chega nos escândalos de corrupção da era democrática, começando por Getúlio Vargas. Nada que aconteceu durante os 20 anos de ditadura é citado. Voltamos aos escândalos pós redemocratização. Todos são citados de acordo com os nomes que estampavam as manchetes: “Anões do Orçamento, Satiagraha, Banestado, etc.”. Todos esses nomes de operações vão sendo citados enquanto a tela é bombardeada de manchetes que passam na mesma velocidade em que o narrador fala. Então chega ao Mensalão do PT, tratado pelo narrador como o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Durante essa parte, aparece a sentença do Juiz Joaquim Barbosa sobre o caso. Logo após, o narrador diz: “desde que existe a caneta existe a corrupção”. Essa é a única parte que justifica a chamada inicial de que o filme trata do período 1500 – 2016.

O filme volta agora para abril de 2013. Ivan está em Brasília na sede da PF e recebe um documento para reunir um grupo para trabalhar em Curitiba, então começa a apresentação dos personagens principais, quando Ivan vai reunindo sua equipe dos sonhos. A primeira a ser abordada é Bia, que aparece em uma cena brigando com um funcionário por não ter enviado documentos a tempo e isso fez com que seu suspeito ficasse solto. No meio da briga, ela olha Ivan a observando pela janela e os dois sorriem um para o outro. A “generalá”, como Ivan a chama, aceita o desafio de ir para Curitiba, apesar de que “sempre que eles prendem, a justiça vai lá e solta”, mas Ivan a convence dizendo que eles podem mudar um pouco do Brasil. Jonas é o próximo a ser levado para a equipe. Ele chega com Ivan e Bia em uma sala onde existem vários documentos que ele deve vasculhar e encontrar provas e conexões. Jonas é tratado como o único que pode organizar aquilo. Os outros estão preocupados por ele se esforçar muito no trabalho, porque sua mãe está com câncer, mas ele responde “eu preciso trabalhar”.

De volta agora a uma cena de ação do filme. Vinicius está perseguindo, junto com outros membros da PF, um caminhão que contém cocaína dentro de potes de palmito. Entra o narrador fazendo as ligações de como esse caminhão de palmito era ligado ao grupo de traficantes e doleiros e como isso foi o início da Lava Jato. Nessa cena, onde os doleiros e traficantes ligados a Youseff vão aparecendo no filme, todos são muito caricatos. Uma doleira aparece dentro de uma banheira tomando champanhe e rindo, em um cenário totalmente clichê de vilania.

Agora na Universidade Federal do Paraná vemos o Juiz dando uma aula sobre a operação “Mãos Limpas” (operação italiana que foi inspiração para a Lava Jato). Todos os alunos estão concentrados no professor e, quando a aula acaba, ele encontra com Bia e com Jonas que pedem um mandato de prisão contra Youseff baseado nos desdobramentos da apreensão de cocaína que ligou o doleiro a um esquema de lavagem de dinheiro. O juiz diz que irá revisar os documentos em casa e depois vai emitir um parecer. Julio diz que já existem provas e que ele só precisa assinar (esse personagem tem um ar de justiceiro; ele caracteriza um desprezo muito grande pela burocracia), mas o Juiz, personagem justo e imparcial, diz que só vai emitir qualquer coisa depois que ler todos os documentos.

De maneira despretensiosa, Bia nomeia a operação de Lava Jato e o narrador diz, “mal sabíamos que ali nascia a maior operação anticorrupção do Brasil”.

Natal de 2013. Julio está visitando sua mãe doente e seu pai em uma casa de campo, checando os e-mails no computador. Ele olha fotos de um carro importado, seu pai aparece para chama-lo para o almoço e, quando olha as fotos, pergunta: “virou burguês agora?”. Esse personagem é apresentado como um intelectual de esquerda.

Já no ano de 2014, Julio mostra para os membros da força tarefa as fotos do carro e o recibo que mostrava que Youseff havia comprado esse carro de presente para Paulo Roberto Costa (Roney Facchini). Um agente da PF pesquisa o nome no computador e mostra que Paulo era ex-diretor da PETROBRAS. Assim a operação chega dentro da política.

O filme retorna então para o dia de deflagração da operação Lava Jato, exatamente na cena onde Julio chuta a lixeira pois acreditava que Youseff havia fugido. Vinicius está no corredor do hotel conversando com os agentes no telefone para saber quais os próximos passos quando do outro lado do corredor avista Youseff saindo de outro quarto. A cena de perseguição é intensa, o agente sai pulando vários

vãos da escada para chegar até a recepção do hotel, onde prende o doleiro que já estava dentro de um táxi. Na sede da PF, Julio e Ivan comemoram: “A operação estava salva”, diz pela primeira vez o narrador.

Paulo Roberto Costa é o alvo agora dos desdobramentos. Seus escritórios são vasculhados, mas sua família já havia retirado vários documentos do local antes da chegada da PF. Julio vai até a casa do ex-diretor da PETROBRAS e o prende na frente de seus vizinhos, que filmam toda a cena. Durante a sua prisão, Paulo Roberto diz: “vocês não sabem com quem estão se metendo”. Depois dessa prisão, a mídia começa a prestar mais atenção na operação e, pela primeira vez, repórteres aparecem no filme, na porta da sede da PF em Curitiba. Vários jornalistas vão de encontro a Julio para perguntar sobre o caso, em especial Juliana (Juliana Schalch), que é a única representante da mídia que vai ter um desenvolvimento de personagem ao longo do filme.

Ao analisar os documentos obtidos na prisão de Paulo Roberto Costa, Jonas encontra um esquema que envolvia as maiores empreiteiras do país. Ao explicar sobre o esquema para Bia e outros agentes da PF, ele é bem didático. Depois que ele explica, Bia então se levanta e repete todas as informações, para que fique bem claro para o espectador como o esquema funcionava. Esse tipo de explicação dupla acontece diversas vezes no filme.

Paulo Roberto é solto pelo STF com a alegação de que o caso envolvia políticos com foro privilegiado, portanto todos os presos da Lava Jato deveriam ser julgados pelo STF. O Juiz então escreve uma carta ao SFT lembrando que o caso envolvia traficantes e doleiros e, portanto, não seria sensato soltar a todos. Desse modo, somente o ex-diretor é solto. E o narrador fala pela segunda vez que “a operação foi salva”.

A liberdade de Paulo Roberto Costa enfurece Jonas, que reclama sobre o fato de que todas as vezes que eles prendem “alguém que manda” em alguma coisa as instâncias superiores acabam soltando. Eis então que, pela primeira vez, é dita uma das frases que marca o filme, pois é repetida inúmeras vezes nas mais diversas ocasiões: “se tem um jabuti na árvore é porque alguém colocou ele ali”. Essa frase é utilizada para indicar que Paulo Roberto não mandava em nada, mas que o esquema era organizado pelas pessoas que o colocaram naquele cargo.

Novamente Julio volta para casa para visitar sua mãe doente. Nervoso ainda, ele reclama com o pai que deveria largar tudo, terminar seu doutorado, e deixar de tentar prender pessoas que nunca permaneciam presas. Esse personagem é tratado como um mártir pelo filme. Ele tem a sede de justiça de transformar o país, uma mãe adoentada que o filme faz questão de mostrar que ele visita várias vezes e uma frustração gigantesca com a política.

Em uma casa de campo de Paulo Roberto Costa, Jonas e Bia estão revirando documentos para tentar encontrar provas. A senhora que mora lá diz que vários papéis foram queimados na churrasqueira. Lá os agentes encontram recibos de um banco na Suíça. O Ministério Público Suíço, em colaboração com a força tarefa, entrega os documentos e as contas de Paulo Roberto Costa e sua família, e ele volta para a cadeia.

Preso novamente, e com medo de que sua família também seja denunciada, o ex-diretor da PETROBRAS assina um contrato de delação premiada⁶ onde revela como funcionava o cartel entre as empreiteiras para ganhar contratos com a PETROBRAS e o BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento Social). Depois dessa delação, Bia, Julio e Ivan estão comemorando o fato de que agora eles têm nomes e por onde guiar a operação. Ivan é mais cauteloso, pois é um personagem de tom mais mediador. Ao saírem do prédio, são novamente abordados por repórteres (novamente de emissoras fictícias, é importante ressaltar aqui) sobre os desdobramentos da operação. Eles desconversam sobre as perguntas e então a jornalista Juliana reaparece, dessa vez com um tom mais partidário de esquerda, questionando os motivos da operação estar tentando destruir o PT nas vésperas da eleição. Bia se mostra muito irritada com a pergunta e diz que é tudo uma coincidência. Os agentes vão embora enquanto a Juliana grita: “você não têm o direito de influenciar uma eleição”.

Com a ideia no ar de que a Lava Jato estava influenciando as eleições de 2014, os agentes começam a discutir sobre o que será feito. Julio diz que a operação é política porque envolve políticos, que qualquer nome que apareça nas delações será investigado de qualquer modo. Ivan então diz que os próximos passos serão investigarem as empreiteiras e Julio responde: “Foda-se as empreiteiras, quem foi que

⁶ “A delação premiada é uma técnica de investigação consistente na oferta de benefícios pelo Estado àquele que confessar e prestar informações úteis ao esclarecimento do fato delituoso” (disponível em: <https://franciscohayashi.jusbrasil.com.br/artigos/138209424/entenda-a-delacao-premiada>)

colocou o Jabuti na árvore?”. A cena corta então para um “santinho” de campanha de Dilma, para depois abrir o plano e mostrar também “santinhos” de Aécio.

“O Brasil foi dormir com a reeleição de Dilma e 10 dias depois acordou com a gente”, assim fala o narrador enquanto a força tarefa da Lava Jato se senta em um salão para dar uma coletiva de imprensa sobre a operação até aquele momento. Enquanto ele vai falando sobre os novos desdobramentos, cenas de vários empreiteiros e empresários sendo presos são mostradas. “Pela primeira vez, víamos gente que se considerava intocável pagando pelo que fez”.

Começa agora a rodada de depoimentos ao Juiz. Durante essas cenas, os doleiros e empresários começam a delatar como funcionava o esquema de corrupção de partidos e políticos do país. O juiz é muito calmo, em suas raras aparições no filme sua figura é sem qualquer controvérsia, um personagem que age somente de acordo com a lei.

Depois das delações de que o Planalto “sabia de tudo”, Julio começa a fazer associações das palestras de Lula (tratado aqui como “ele”) em países africanos e sul-americanos e obras feitas nesses países pela Odebrecht. Conversando com Ivan sobre isso, diz que “ele” é a única pessoa possível para ser o organizador de todo o esquema. Ivan o questiona sobre prova, mas Julio diz que ainda não as tem, mas que tem convicção.

No dia 19 de julho de 2015, Marcelo Odebrecht é preso na sua casa por Julio e Vinicius. O empresário parece muito preocupado em ficar sozinho com seu celular, aparentemente para se livrar de provas, mas os agentes não deixam. Após sua prisão, todos os membros da força tarefa vão para um bar com karaokê comemorar. Julio está no microfone e canta a música “A gente somos inútil”, da banda Ultraje a Rigor (conhecida atualmente pelas falas conservadoras e de direita do vocalista Roger). O clima é de festa. Eles brindam copos de cerveja e falam que “estão mudando o país”; todos menos Ivan, que novamente busca cautela para fazer essas afirmações. Durante a comemoração no bar, um agente que estava vasculhando o celular de Marcelo Odebrecht chega no local com as informações de que o nome de Lula havia surgido nos arquivos. Agora o clima é de tensão. Bia pergunta se eles devem “avisar Brasília”, mas Ivan a lembra que Lula não tem foro, por isso eles não têm que avisar ninguém. Todos se olham apreensivos.

De volta a uma sala da PF, Jonas está explicando através de desenhos em um quadro como o *Instituto Lula* usava as palestras do presidente para assinar contratos com empreiteiras e em contrapartida havia ganhado um apartamento triplex no Guarujá e uma reforma em um sítio em Atibaia. Toda essa explicação é acompanhada de imagens feitas nas locações reais. Em uma montagem de imagens de uma forma acelerada aparecem vários agentes trabalhando dentro de uma sala da PF. Várias manchetes de jornais televisivos são passadas como voz por cima da imagem. Essas notícias falam sobre a investigação de outros políticos, como Eduardo Cunha e Renan Calheiros, mas essa parte da história fica somente nessa citação.

Novamente visitando seus pais, Julio está tendo uma discussão acalorada com seu pai. Como já havia sido mencionado, o personagem do pai é um intelectual de esquerda e ele está revoltado com seu filho por querer investigar Lula. Os dois estão exaltados e o pai usa argumentos como “vocês não sabem o que foi lutar na ditadura” e “vocês estão sendo seletivos, não investigam os outros”, argumentos usados pela esquerda para questionar a operação Lava Jato. Julio se defende dizendo que ele também havia votado em Lula, que havia “vestido a camisa”, mas sabe que ele roubou, sabe porque “viu no mensalão” e que seu pai deveria deixar de acreditar em “mitos”. O argumento se encerra com a mãe doente entregando um pudim para os dois que se reconciliam.

Os agentes decidem então colocar uma escuta em Lula, e o fazem através do celular de seu segurança, pois o ex-presidente não possui um telefone próprio e, como lembra Julio, “ele não tem nada no seu nome”. A escuta é autorizada pelo Juiz, de novo representado aqui em sua casa.

Começa a discussão sobre a condução coercitiva de Lula para prestar depoimento. Ivan é contra, pois acha que isso acirraria os ânimos da população e poderia colocar tudo a perder. Eles decidem então levar essa decisão ao Juiz, usando o argumento de que movimentos sociais como o MST e a CUT estariam se organizando para “criar uma revolta geral”. O Juiz, relutante, aprova a condução falando que eles devem proteger o ex-presidente e não o expor. Todos os agentes reunidos de novo começam a planejar como irão evitar tumultos e garantir que Lula seja levado para depor. Bia pergunta a todos então qual será o nome da fase e Julio responde: “estrela cadente” (alusão a estrela símbolo do PT). Todos riem.

No dia da condução, o pai de Julio sofre de algum mal e vai parar na UTI. Todos ficam preocupados e Ivan o substitui na operação. Vários carros com um grande número de policiais armados em um ônibus se deslocam até a sede do *Instituto Lula*. Eles chegam às seis horas da manhã e são recebidos pelo segurança pessoal do ex-presidente. A cena corta para a casa do Juiz, que está sentado em uma mesa com um ar de preocupação. Sua esposa vem até ele para confortá-lo e dizer que tudo irá dar certo, eles se beijam e a cena corta de novo para a operação.

Ivan e outros agentes da PF chegam até a sala onde Lula (Ary Fontoura) abre a porta para recebê-los. O agente o cumprimenta com um “bom dia” e recebe outro de volta, então Ivan entrega o mandato para Lula que começa a se comportar de maneira muito raivosa, xinga, bate na mesa e diz que o Ministério Público Federal está querendo acabar com sua reputação. Em contrapartida, Ivan é extremamente calmo e conciliador e o tempo todo fala para o presidente que ele está tentando garantir sua segurança. Enquanto Lula fala no telefone com seu advogado, bastante irritado, sobre os policiais estarem em sua casa, Ivan olha para a cintura do segurança de Lula. A câmera acompanha o olhar de Ivan, vemos que o segurança carrega uma arma. Lula diz que se considera preso, apesar de Ivan, de maneira muito calma, dizer que ele não está. O ex-presidente é levado para o salão presidencial do aeroporto de Congonhas, onde ele inicia seu depoimento sempre de maneira muito debochada e caricata, onde suas repostas são sempre dizendo que não sabe de nada. Enquanto Lula está dando seu depoimento, várias manifestações, tanto a favor quanto contra, são mostradas em cena através de reportagens de emissoras de TV (fictícias). No meio dessas reportagens está novamente a jornalista Juliana. Agora ela está usando um lenço da CUT em seu pescoço e seu discurso é completamente partidário. Ao mesmo tempo, um repórter de terno e gravata fala de maneira mais imparcial sobre os acontecimentos daquele dia. Ao fim, Lula é levado pelos fundos para ir embora. Antes de ir, no entanto, ele, em tom ameaçador, fala para os agentes da PF: “quando eu for presidente de novo eu vou lembrar de cada um de vocês”.

Chegando na sede da PF em Curitiba, Moro é recebido por um grupo de manifestantes que grita seu nome e o chama de herói. De dentro do carro ele observa, mas não esboça qualquer expressão.

De volta ao bar, Ivan está bebendo sozinho e parece incomodado, então um agente chega e pergunta se ele acha que o que eles fizeram foi precipitado. Em um

raro momento de questionamento dentro do filme Ivan pergunta: “e se a gente for o jabuti?”. O agente da PF logo responde que eles não têm partido, que eles vão prender todo mundo até que não haja mais ninguém para prender.

Em casa, Ivan e sua esposa estão deitados na cama assistindo o pronunciamento da presidente Dilma, onde ela anuncia que Lula irá se tornar ministro. O agente da PF levanta correndo da cama e corre para o telefone para mandar parar a escuta que estava no celular de Lula, pois como o status de ministro dá foro privilegiado seria ilegal continuar com a escuta.

Na sede da PF em Curitiba, todos assistem a uma reportagem do *Jornal Nacional*. O jornal da Rede Globo é o único não fictício a aparecer durante todo o filme. A repórter diz que o Planalto está fazendo de tudo para convencer que a nomeação de Lula tem caráter estrutural. Ela também informa que, se ele se tornar ministro, “escapa das mãos do Juiz Sergio Moro”. Julio está inconformado com isso. Nervoso, ele grita que tudo vai acabar em pizza. Então um agente entra na sala e diz: “sabe aquele tempo entre o pedido de suspensão da escuta e as operadoras pararem efetivamente de gravar?”. Todos o seguem para a sala de computadores onde escutam do áudio (original, sem representações) de Lula e Dilma conversando sobre a nomeação para o ministério:

Dilma: "Alô."

Lula: "Alô."

Dilma: "Lula, deixa eu te falar uma coisa."

Lula: "Fala, querida. Ahn?"

Dilma: "Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!"

Lula: "Uhum. Tá bom, tá bom."

Dilma: "Só isso, você espera aí que ele tá indo aí."

Lula: "Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando."

Dilma: "Tá?!"

Lula: "Tá bom."

Dilma: "Tchau."

Lula: "Tchau, querida."

Julio novamente irritado diz que isso está em segredo de justiça e que ninguém vai saber o que aconteceu. Ivan decide seguir o protocolo e mandar o áudio para o Juiz. Sentado em sua cadeira com um fone de ouvido, o Juiz parece não acreditar no que escuta. Ele se reclina e fecha os olhos, como se soubesse o que tem que fazer. A cena corta para uma representação do *Jornal Nacional*, onde dois atores na

bancada fazem a chamada de que eles irão divulgar os áudios da conversa entre a presidente e Lula. O narrador entra de novo, falando que teve gente que questionou a divulgação, mas que pelo menos o Brasil ficou sabendo. Fim do filme.

3.3 Problematizando o filme

Colocar essa obra cinematográfica aos olhos da antropologia é analisar a minha experiência como espectador desse filme. Como citado acima, essa obra se tornou interessante para mim porque englobava um contexto histórico atual de grande comoção popular. Sua narrativa já parecia óbvia para mim mesmo antes de passar pela experiência dos 110 minutos que estavam se propondo a contar a história da Lava Jato, mas suas implicações narrativas são ainda mais profundas do que eu poderia ter suposto.

Michael Taussig (2017) fala sobre o cinema como uma “máquina mimética”. Este seria um dispositivo que tem a capacidade de comunicar, transmitir e até de educar os espectadores. Partindo desse ponto de vista, eu me pergunto: em que lugar da história o filme da Lava Jato coloca a nós, espectadores? O que ele quer transmitir? Será que ele está privilegiando um lado da história? Provavelmente sim, pois é isso que os filmes costumam fazer, eles mitificam representações, sentimentos, perspectivas (HIKIJ, 1998b). Todos podem analisar um filme, e o fazem. Ao assistir essa história, o discurso será passado para pessoas que ainda não a conhecem a partir das interpretações de quem já assistiu. Jhon Weakland (1953) dizia que para analisar os filmes era preciso trata-los como mitos, pois essas histórias ganham sentidos de discurso dramatizado. Quando um filme coloca em cena apenas uma versão, ou uma verdade, ele coloca sua inserção desse real dentro do discurso do outro (FOUCAULT, 1996);

Partindo da ideia de que o filme seria um narrador moderno e que se propõe a transmitir experiências (TRIANA e GOMÉZ, 2016), eu escolho analisar esse filme através de seu propósito propagandista, dentro de um contexto histórico onde existe uma disputa de narrativa sobre os acontecimentos tratados na obra cinematográfica. Como descrito no capítulo 2, o contexto midiático hegemônico no Brasil descarregou uma série de narrativas a respeito da operação Lava Jato e dos recentes acontecimentos do país. O filme parece seguir os mesmos agendamentos, através da

caracterização de seus personagens, das explicações que tentam evocar e da cobertura midiática sobre seu lançamento.

Como um antropólogo-espectador, método de pesquisa que coloca o filme e a imagem como objeto de estudo, esse filme evoca sentimentos que colocam como tema a experiência em contexto das minhas construções sociais, políticas e históricas. Mas também leva a considerar o posicionamento que o filme tem com o público, como ele foi construído, e quais relações ele quer estabelecer com a história que está contando para o espectador (Idem, 2016).

O filme se baseia, desde seus primeiros momentos quando uma mensagem aparece para o espectador, na ideia de que sua história é uma narrativa do real. Esse discurso está embasado no filme, segundo as mensagens, em uma extensa pesquisa em documentos e “materiais jornalísticos”. Mas que materiais seriam esses? E quem são os autores desses discursos? A sensação de segurança que o filme dá sobre os fatos que ele apresenta tem uma vontade de verdade (FOUCAULT, 1996) apoiada por um discurso institucional midiático, e isso acaba exercendo uma influência nos discursos que irão se desdobrar a partir dessas informações. O filme encena eventos que realmente aconteceram, em locações que são reais ou pelo menos lembram os lugares onde a história se passou. Existiu uma tentativa do diretor de dar um caráter biográfico ao filme, utilizando de uma técnica cinematográfica que coloca uma legenda na tela dizendo a data e o lugar onde os eventos se desenrolaram, apesar de isso não acontecer durante todo o filme.

Em sua análise fílmica sobre o filme colombiano *PVC-1*, Diana Paola Gómez Mateus (2012) fala sobre como o diretor estava preocupado em elaborar o filme de modo que a história (que também era uma história real) fosse retirada do fluxo de informações jornalísticas que circundavam o evento. Ele escolheu essa abordagem exatamente para que o filme não favorecesse visões políticas particulares e fosse usado como propaganda. Em *Policia Federal – A Lei é Para Todos*, a escolha é exatamente o contrário. O diretor parece empenhado em criar personagens que terão desenvolvimentos heroicos, enquanto a caracterização de outros é puramente um clichê de vilão. Durante o desenvolvimento dos personagens Julio, Bia e Ivan, eles são tratados como trabalhadores esforçados, justiceiros que a todo custo desejam denunciar e prender criminosos de colarinho branco. Os agentes parecem não possuir falhas. Julio passa o filme entre expressar a frustração com a burocracia e cuidar de

seus pais idosos. Sua caracterização é de uma pessoa desiludida com a política, algo com o que muitos espectadores podem se identificar, e de convicção que as pessoas que ele está investigando são culpadas. Bia, que é colocada como a “generalista” por Ivan no início do filme, é uma personagem cujas falas são somente para reproduzir o que já foi explicado, principalmente quando a explicação é sobre como funcionava os esquemas de corrupção e para flertar em certos momentos com Julio. Ivan é um personagem que coloca a “imparcialidade” no filme. Ele questiona as ações da operação, apesar de seus questionamentos serem sempre deixados de lado através do discurso de que a operação está mudando o Brasil.

O retrato dos personagens antagonistas também é bastante discutível. Fica claro que a ideia do filme é fazer caricatura do bandido. Começando pelos doleiros, que são mostrados em cena como pervertidos sexuais, que esbanjam dinheiro e tomam champanhe dentro de uma banheira, ou então arrogantes, como Paulo Roberto Costa e uma série de outros empresários presos que dizem que os policiais “não sabem com que estão se metendo” e que são torturadores, saudosistas da ditadura. A todo momento, a imagem que é passada traz um sentimento de ódio e nojo pelos denunciados. Para o espectador, não há momentos onde ele possa por si fazer associações sobre o enredo do filme, tudo parece uma grande reportagem.

Quando pensamos no cinema como propaganda política, pensamos em filmes nazistas, fascistas, obras de regimes totalitários. Mas o poder de um filme propagandista está em transformar as imagens em símbolos, mitos e utopias que são transmitidas através da história (PEREIRA, 2013). Em sua análise sobre um filme nazista, mencionada anteriormente, Gregory Bateson (1980) fala sobre como as representações dos comunistas se diferenciavam das dos nazistas. No filme visto por Bateson, a história se baseia na batalha entre comunistas e nazistas para que um jovem se junte a suas organizações. O grupo de jovens nazistas é heroico, organizado, limpo, recatado, enquanto o grupo de jovens comunistas é sujo, bagunceiro, e as mulheres são devassas e sem pudor.

Ao analisar o filme nazista, Bateson mostrava a construção do mito ariano e da representação de seus valores e ideias (HIKIJ, 1998b). Quando pensamos no contexto do filme que escolhemos para analisar, a construção do mito da luta contra a corrupção se vê presente na formulação do personagem do “Juiz”. Sergio Moro não tem um nome no filme, ele é tratado como uma entidade julgadora. Sensato, ele

sempre pondera antes de decidir sobre os próximos passos. Sua figura é sempre ligada à família, e suas cenas são quase todas com ele estudando, preocupado, cozinhando, tendo uma vida ligada a seu emprego como professor e jurista consagrado. Em vários momentos do filme ele é a pessoa que “salva a operação”. Suas ações não são questionadas em nenhum momento do filme. Quando ele decide divulgar os áudios da conversa entre Lula e Dilma, o narrador trata o caso como algo menor. Fica de fora do filme toda a polêmica que essa divulgação gerou na sociedade e no meio jurídico (como demonstrado no capítulo 2), mas como diz o narrador, pelo menos o público ficou sabendo.

A caracterização do Juiz contrasta de maneira absoluta com a figura de Lula. Se o filme tenta criar um mito com a caracterização do Juiz, com a de Lula parece que a intenção é destruir um. Lula é caracterizado como uma figura irritada, descontrolada e que finge não entender as acusações que são feitas a ele. Assim como Moro, Lula aparece pouco no filme. Durante sua condução coercitiva, o ex-presidente usa termos como “perseguição”, e xinga bastante. Seus aliados que conseguem chegar até o salão presidencial, lugar onde ele está dando o depoimento, são caracterizados como agitadores que querem que o povo invada o local e tire de lá o ex-presidente à força. Enquanto Lula está saindo pelas portas dos fundos do aeroporto ameaçando policiais, Moro entra pela porta da frente da sede da PF em Curitiba, recebido por vários manifestantes de verde e amarelo que gritam seu nome. Um mito cai e um outro cresce.

O tratamento da mídia durante o filme sofre uma metamorfose pelo decorrer da obra. A repórter Juliana, que na primeira cena em que aparece é uma repórter comum, vai radicalizando seu discurso, de esquerda, até que chega ao ponto de reportar os acontecimentos utilizando um lenço da CUT, entidade tradicionalmente ligada com a luta trabalhista e com ideais de esquerda. Em contraste, a mídia que representa a tradicional é tratada como imparcial a todo o momento, somente reportando os fatos. Em um ponto é possível ver Juliana gritando a favor de Lula em sua reportagem, e um repórter de uma emissora fictícia, mas que claramente está ali representando uma mídia mais tradicional, tratando do mesmo acontecimento de modo calmo e controlado. Em um momento, o ponto de vista de uma emissora real do Brasil, a Rede Globo, aparece através de uma reportagem que é vista pelos agentes, indignados, assim como nós, os espectadores, para logo depois mostrar novamente um programa

fictício que lembra de maneira muito forte o Jornal Nacional, bancada e fundo azul, dois âncoras, um homem e uma mulher, e a manchete sobre o caso dos áudios que foi reportada primeiro pelo jornal da Rede Globo.

A pergunta que é feita ao longo do filme é “quem colocou o jabuti na árvore?”, e essa dúvida, que é repetida de maneira exaustiva, vai empurrando o filme para os novos desdobramentos da operação. Primeiro, quem colocou o jabuti era o ex-diretor da PETROBRAS; depois passou a ser as empreiteiras; depois virou o Lula e Dilma. Em um único momento no filme Ivan se questiona sobre o fato de eles terem sido colocados na árvore também. Ele se questiona se todo esse processo não terá desdobramentos que talvez coloquem o país em um caos maior ainda, mas suas dúvidas são logo refutadas da mesma maneira que ocorre durante todo o filme: a operação Lava Jato estaria mudando o Brasil. Mas, afinal, quem colocou o jabuti na árvore?

CONCLUSÃO

Escrever sobre a Operação Lava Jato e o impeachment de 2016 ainda é pensar em maneiras de como filtrar informações – ou, de outro modo, é investigar as formas de construção dessas informações que nos circundam. Os desdobramentos desses acontecimentos ainda continuam em curso e muitos deles aconteceram enquanto eu ainda estava no processo de escrita dessa monografia. Creio que consegui demonstrar de certa maneira os processos do uso da imagem e da informação na criação desta crise nacional e, sobretudo, na criação de uma leitura particular sobre a crise. A questão sobre quem teria colocado o jabuti em cima da árvore ainda permanece sem resposta, mas sabemos quem são alguns de seus agentes e como esses grupos de pessoas têm poder e influência suficiente para gerar uma enxurrada de informações interligadas e assim criar um “fato” para um grupo enorme de espectadores.

Durante o ano de 2017 e agora ao longo de 2018, um termo vem tomando conta da mídia e das redes sociais quando o assunto é notícias: as chamadas *Fake News* são agora um novo obstáculo entre o espectador e o acesso à informação. Redes nacionais de notícias e veículos independentes vêm travando uma certa batalha contra essas notícias falsas, que há muito existem, mas agora se espalham com uma facilidade enorme. Pensando no meu texto, não posso deixar de me questionar sobre como antes do acesso em massa a várias fontes de informação (blogs, youtube, facebook, twitter, etc), a informação estava lá, sendo moldada e manipulada por grandes conglomerados de mídia, para efeitos que agradavam os donos desses canais. Foi demonstrado os efeitos que essas informações, consideradas verídicas, tem sobre a sociedade. As *Fake News* sempre aconteceram, mas agora existe um número muito maior de pessoas colocando seus interesses pessoais para a apreciação pública. Fica aqui mais um questionamento: como combater as notícias falsas e políticas de grandes veículos de comunicação que tem certa credibilidade na sociedade?

Como vimos durante esse trabalho, a criação de “fatos” é uma construção daqueles que detém o poder do discurso (FOCAULT, 1996) e quem tem os meios de propagá-lo. Seja através de notícias ou de um filme todos esses discursos foram feitos

por um grupo de pessoas que estão interessadas nessa narração. Não é possível classificá-las como notícias falsas ou verdadeiras, mas são narrativas hegemônicas que suprimem outras narrativas concorrentes. Acredito que seja importante também, talvez em uma pesquisa futura, tentar compreender o modo como essas narrativas concorrentes disputam os espaços frente ao conglomerado midiático que existe no Brasil.

O processo do impeachment de 2016 foi, como disse Jucá, “um grande acordo nacional”. Essa monografia tenta de alguma maneira por luz sobre um aspecto histórico e visual a partir de uma perspectiva específica. Ainda irão sair novos filmes sobre esse período, e novas análises sobre o papel da mídia serão feitas, mas creio que foi proveitoso pensar sobre os primeiros embriões dessa narrativa que talvez seja nossa maior crise política e social desde que reconquistamos nossa democracia.

Este ano teremos novas eleições. Em 2014 as notícias tiveram um grande papel na narrativa eleitoral e a sociedade estava de certa forma dividida. Muita coisa aconteceu de lá para cá e só nos resta acompanhar como espectadores interessados como tudo pode mudar de novo.

BIBLIOGRAFIA

ALSINA, Miguel Rodrigo. A construção da notícia. Vozes, 2009.

ALESSI, Gil; ROSSI, Marina; BENITES, Afonso. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/11/politica/1457658026_242809.html> Acesso em: 14/03/2018

AMARAL, M. Jabuti não nasce em arvore: como o MBL se tornou líder nas manifestações pelo impeachment. Porque gritamos golpe: para entender o impeachment e a crise política o Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. Observatorio Social de América Latina, v. 14, n. 34, p. 37-49, 2013.

BARBOSA, Andréa. Antropologia e imagem. Zahar, 2006.

BENEDICT, Ruth. O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa. Perspectiva, 2002.

BATESON, Gregory. An Analysis of the Nazi Film "Hitlerjunge Quex". Studies in Visual Communication, v. 6, n. 3, p. 20-55, 1980.

BOURDIEU, Pierre et al. O poder simbólico. 1989.

_____. Sobre a televisão. Oeiras: Celta Editora, 1996, 1996

BENITES, Afonso. 'Lista maldita' da Lava Jato sacode política brasileira. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/04/politica/1425480585_698980.htm> Acesso em: 14/04/2018

BEDINELLI, Talita; MARTÍN, María. Três grupos organizam os atos anti-Dilma, em meio a divergências. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/13/politica/1426285527_427203.html> Acesso em: 13/03/2018

CUNHA, Edgar Teodoro da; FERRAZ, Ana Lúcia; HIKIJI, Rose Satiko Gitirana. O vídeo e o encontro etnográfico. *Cadernos de Campo*, p. 287-98.

CIOCCARI, Deysi; ROSSI, Edson. A queda: os últimos meses de Dilma Rousseff pelas páginas do jornal Folha de S. Paulo. *Revista Alterjor*, v. 14, n. 2, p. 168-187, 2016.

COLON, Leandro; TALENTO, Aguirre; NUBLAT, Johanna; CARVALHO, Mario Cesar. Condução coercitiva de Lula foi decidida para evitar tumulto, diz Moro. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1746437-conducao-coercitiva-de-lula-foi-decidida-para-evitar-tumulto-diz-moro.shtml>> Acesso em: 14/03/2018

Spitulnik, Debra. "Anthropology and mass media." *Annual review of Anthropology* 22.1 (1993): 293-315.

DE FRANCE, CLAUDINE. Do filme etnográfico à antropologia fílmica. Editora da Unicamp, 2000.

DE OLIVEIRA, Hebe Maria Gonçalves. Retrato das manifestações de rua no processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff: a construção da opinião pública pela mídia privada brasileira. *Pauta Geral*, v. 3, n. 2, p. 83-96, 2016.

DE GODOY, Jéssica Monteiro; GOBBI, Maria Cristina. Abertura do processo de impeachment na Câmara Federal em 2016: uma análise da cobertura noticiosa pela TV Brasil e Rede Globo. *Pauta Geral-Estudos em Jornalismo*, v. 3, n. 2, p. 3-19, 2016.

FERES JR., João; MIGUEL, Lorena; BARBABELA, Eduardo. A Mídia Impressa na Cobertura das Manifestações de Junho. Trabalho apresentado, n. 38o, p. 27-31, 2014.

FERNANDES, Carla Montuori. Da mídia impressa à audiovisual: o agendamento intermediário do escândalo da Petrobras no Jornal Nacional. LÍBERO. ISSN impresso: 1517-3283/ISSN online: 2525-3166, n. 35, p. 111-122, 2016.

FERES JR., João; DE OLIVEIRA SASSARA, Luna. CORRUPÇÃO, ESCÂNDALOS E A COBERTURA MIDIÁTICA DA POLÍTICA. Novos Estudos, n. 105, p. 205, 2016.

FOLHA. Protestos contra o governo reúnem quase 1 milhão pelo país. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603286-protestos-contra-o-governo-reune-quase-1-milhao-pelo-pais.shtml> > Acesso 15/03/2018

FOUCAULT, Michel. Ordem do discurso (A). Edições Loyola, 1996.

GASTALDO, Édison. “O país do futebol” mediatizado: mídia e Copa do Mundo no Brasil. Sociologias, v. 11, n. 22, 2009.

GLOBO PLAY. Arnaldo Jabor fala sobre onda de protestos contra aumento nas tarifas de ônibus. Disponível em: < <https://globoplay.globo.com/v/2631566/> > Acesso em: 15/03/2018

G1. Entenda a Operação Lava Jato. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html> > Acesso em: 15/03/2014

G1. Aécio e parlamentares da oposição convocam para ato de protesto em SP. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/12/aecio-e-oposicionistas-fazem-pela-web-convocacao-para-ato-de-protesto.html> > Acesso em: 13/03/2014

G1. Alckmin e Aécio são hostilizados na chegada à manifestação na Paulista. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/alckmin-e-aecio-sao-hostilizados-na-chegada-manifestacao-na-paulista.html> > Acesso em: 14/03/2018

G1. Investigadores afirmam que Lula é alvo de condução coercitiva. Disponível em: < <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/videos/v/investigadores-afirmam-que-lula-e-alvo-de-conducao-coercitiva/4858611/>> Acesso em: 14/03/2018

G1. Manifestantes fazem o maior protesto nacional contra o governo Dilma. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/manifestacoes-contra-governo-dilma-ocorrem-pelo-pais.html>> Acesso em: 13/03/2018

G1. Moro divulga grampo de Lula e Dilma; Planalto fala em Constituição violada. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/03/moro-divulga-grampo-de-lula-e-dilma-planalto-fala-em-constituicao-violada.html> > Acesso em 14/03/2018

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. Antropólogos vão ao cinema-observações sobre a constituição do filme como campo. *Cadernos de Campo* (São Paulo, 1991), v. 7, n. 7, p. 91-113, 1998. (a)

_____. Imagem-violência. Mimesis e reflexividade em alguns filmes, 1998. (b)

_____. Rouch compartilhado: premonições e provocações para uma Antropologia contemporânea. *ILUMINURAS*, v. 14, n. 32, 2013

HOJE EM DIA. Arnaldo Jabor muda de opinião e pede desculpas por comentário infeliz sobre protestos. Disponível em < <http://hojeemdia.com.br/primeiro-plano/brasil/arnaldo-jabor-muda-de-opini%C3%A3o-e-pede-desculpas-por-coment%C3%A1rio-infeliz-sobre-protestos-1.160229> > Acesso em: 15/03/2018

JOHNSON, K. S. The Honeymoon Period: Fact or Fiction? *Journalism & Mass Communication Quarterly*, Columbia, v. 60, n. 3, p. 869-876, 1983.

JORNAL NACIONAL. Lula nomeado Ministro, Moro retira sigilo das investigações. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WKCS0Ej3z_k> Acesso em: 14/03/2018

MENDONÇA, Heloísa. Manifestação das panelas surpreende e reacende polarização no país. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/03/09/politica/1425912098_442390.html > Acesso em: 13/03/2018

MATEUS, Diana Paola Gómez. Quanto dura o terror? A narrativa da violência em dois filmes colombianos. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MEAD, Margaret; MÉTRAUX, Rhoda (Ed.). The study of culture at a distance. Berghahn Books, 2000.

MCCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-187, 1972.

NOBRE, Marcos. Choque de democracia: razões da revolta. Editora Companhia das Letras, 2013.

NORPOTH, H. Economics, Politics, and the Cycle of Presidential Popularity. *Political Behavior*, Nova York, v. 6, n. 3, p. 253-273, 1984

PEREIRA, Wagner Pinheiro. Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo. *História: Questões & Debates*, v. 38, n. 1, 2003

PRAGMATISMO POLÍTICO. O que seria dos protestos sem a Rede Globo. Disponível em < <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/03/o-que-seria-dos-protestos-se-nao-fosse-a-rede-globo.html> > Acesso em: 13/03/2018

ROVER, Tadeu; SOUZA, Giselle. Condução de Lula para depor foi ilegal e espetacularizada, dizem advogados. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-mar-04/conducao-lula-foi-ilegal-espetacularizada-dizem-advogados> > Acesso em: 14/03/2018

RAMALHO, Renan. Moro pede desculpas ao STF por ‘polêmicas’ sobre grampos de Lula. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/moro-pede-desculpas-ao-stf-por-polemica-envolvendo-grampo-de-lula.html>> Acesso em: 14/03/2018

RODRIGUES, Leonardo. Filme sobre Lava Jato abriu mão de verba de incentivo para evitar conflito. Disponível em: <<https://cinema.uol.com.br/noticias/redacao/2017/08/30/filme-sobre-lava-jato-abriu-mao-de-verba-de-incentivo-para-evitar-conflito.htm>> Acesso em: 23/03/2018

TRIANA, BRUNA; GÓMEZ, DIANA. A análise fílmica na antropologia: tópicos para uma proposta teórico-metodológica. *in* BARBOSA, Andrea; CUNHA, Edgar Teodoro da; Hikiji; Rose Satiko Gitirana; Novaes, Sylvia Caiuby (Orgs). *A Experiência da Imagem na Etnografia* (109-126). São Paulo: Terceiro Nome, 2016

TAUSSIG, Michael. *Mimesis and alterity: A particular history of the senses*. Routledge, 2017.

VALENTE, Rubens; CARAZZAI, Estelita Hass. Filme ‘Polícia Federal’ gastou R\$ 16 mi para tornar a Lava Jato entretenimento. Disponível em : <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/08/1914154-filme-policia-federal-procura-tornar-diversao-a-operacao-lava-jato.shtml>> Acesso em : 23/03/2018

WEAKLAND, John H.. “An analysis of seven Cantosese Films”. *In The study of culture at distance* (292-295). Chicago, The University Chicago Press, 1953

_____. “Feature films as cultural documents”. *In* Hockings, Paul (Ed.). *Principles of visual anthropology*. Nova Iorque, Mouton, 1995 [1974]

FILMOGRAFIA

EXITING the factory. Direção: Irmãos Lumière. França, 1895 (1,49 min.) Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S9BdaoUgnZI>

HITLERJUNGE Quex. Direção: Hans Steinhoff. Alemanha, 1933 (88 min.). Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HIPAfx1mAJ8>

HUNGER. Direção: Steve McQueen. Grécia, 2008 (92 min)

LE GOÛTER des Bébés. Direção: Irmãos Lumière. França, 1897 (0,42 seg.). Youtube.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gYqSq8dKZgo>

POLÍCIA Federal - A Lei é Para Todos. Direção: Marcelo Antunez. Produção: Tomislav Blazic. Brasil, 2017 (107 min.) TeleCine Play. Disponível em <https://www.telecineplay.com.br/filme/7415?utm_source%3Dtelecine%3Butm_medium%3Dbanner_home%3Butm_campaign%3Dpolicia-federal-a-lei-e-para-todos&gclid=EAlaIQobChMIpbqz5amb3AIVU1uGCh2HTQMYEAAAYASAAEgJ99_D_BwE>